



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Diligência	REUNIÃO Nº: 2340/15	DATA: 06/11/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	INÍCIO: 09h00min	TÉRMINO: 12h25min	PÁGINAS: 77

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GEORGE DO REGO BARROS - Gerente Executivo do Parque Dois Irmãos.
GABRIELA GEHLEN LEITE - Representante do Movimento Por um Novo Parque Dois Irmãos.
SÉRGIO XAVIER - Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco.
ANDRÉ FELIPE BARBOSA DE MENEZES - Promotor de Justiça de Pernambuco.
SILVIO COSTA FILHO - Deputado Estadual.
GORETTI QUEIROZ - Jornalista e ativista da causa animal.
TACIANA CÁSSIA DA SILVA - Veterinária do Programa Adote um Vira-Lata.
CAIO SCHEIDEGGER - Advogado do Movimento Por um Novo Parque Dois Irmãos.
JOÃO NETO - Representante do Movimento Por um Novo Parque Dois Irmãos.
DOUGLAS LEMOS - Secretário-Geral do Sindicato dos Policiais Cíveis — SINPOL.
ANA PAULA MONTEIRO DE CARVALHO GRASSO NUNES - Secretária Estadual do Partido Verde — PV Mulher.

SUMÁRIO

Depoimentos acerca de denúncias de abandono e maus-tratos aos animais do Horto de Dois Irmãos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Maurício) - Bom dia a todos. Primeiro, quero agradecer a todos a presença, no dia de hoje, nesta importante audiência pública, solicitada pelo nosso querido amigo e companheiro que tivemos o prazer de tê-lo aqui na Legislatura passada, Deputado Daniel Coelho, como sempre atuante, a quem convidamos para fazer parte da Mesa (*palmas*); o Deputado Federal Ricardo Tripoli, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais na Câmara dos Deputados (*palmas*); o Dr. Sérgio Xavier, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco — SEMAS, que está dando uma entrevista (*palmas*); o Dr. George do Rêgo Barros, Gerente Executivo do Parque Dois Irmãos (*palmas*); a Dra. Gabriela Gehlen Leite, do Movimento por Um Novo Parque Dois Irmãos (*palmas*); e o Deputado Sílvio Costa Filho, a quem convido para fazer parte da Mesa. (*Palmas.*)

Queremos registrar a presença da Dra. Simone Souza, Diretora-Presidente da CPRH — Agência Pernambucana de Meio Ambiente; do Dr. Luiz Antônio Florentino, da ONG Greenday; do Dr. Jorge Araújo, Diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Suape; do Dr. Gustavo Guerra, Coordenador de Controle e Licenciamento Ambiental de Suape; da Dra. Maria da Conceição do SOS 4 Patas; do Tenente Elenildo Laurentino, do CIPOMA — Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente; da Dra. Luciene Nascimento, do Projeto Patinha; e do ex-Deputado João Coelho, pai do Deputado Daniel Coelho, que muito nos honra por estar aqui.

Queremos convidar para fazer parte da Mesa o Dr. Ricardo Coelho, Promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco. (*Pausa.*)

Vamos dar início, com muita satisfação, à audiência pública conjunta.

Declaro aberta a audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente deste Poder Legislativo e da CPI de Maus-Tratos de Animais da Câmara dos Deputados, solicitada pelo Deputado Federal Daniel Coelho, através do Requerimento nº 33, de 2015, com o objetivo de debater denúncias de abandono e maus-tratos aos animais do Jardim Zoológico Dois Irmãos.

Com muita satisfação, recebemos esta Comissão na Casa Joaquim Nabuco, que é a casa da democracia, onde o debate acontece. Acho que, com todo o



diálogo, com todo o debate, conseguiremos avançar nas coisas públicas, trazendo com isso uma melhor qualidade de vida e respeito às coisas da nossa sociedade.

Então eu passo a Presidência ao Deputado Daniel Coelho. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Bom dia a todos os senhores e a todas as senhoras presentes.

Quero, em primeiro lugar, fazer um agradecimento, em nome da CPI, ao Deputado José Maurício, que preside a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. S.Exa., desde o primeiro momento, colocou-se à disposição e viabilizou aqui, na Casa, toda a estrutura para a realização da audiência pública, o que demonstra o compromisso do Deputado José Maurício, que foi meu colega na Casa, com a questão ambiental, neste momento, com a pauta dos animais.

Quero saudar o Secretário Sérgio Xavier, Secretário de Estado, que está na Mesa; o Sr. George do Rego Barros, Gerente Executivo do Parque Dois Irmãos; o Deputado Sílvio Costa Filho, Líder da Oposição na Assembleia; a Sra. Gabriela Leite, que faz parte do Movimento por Um Novo Parque Dois Irmãos, que tem feito um debate importante sobre esse espaço público e, com certeza, vai contribuir bastante com este debate que aqui acontecerá. Estamos aguardando ainda a presença do Promotor de Justiça do Ministério Público, Ricardo Coelho.

Quero fazer uma saudação muito especial ao Relator da CPI, o Deputado Ricardo Tripoli, que, sem nenhuma dúvida, é a maior referência na política brasileira em relação à proteção aos animais. Quando poucos falavam deste tema, em 1982, o então Vereador Tripoli já tratava do assunto. Com certeza, é motivo de inspiração a todos nós que atuamos na proteção animal. O Estado de Pernambuco com certeza está muito honrado com a presença de Tripoli, que vai nos ajudar bastante não só neste tema, mas em outros temas de relevância sobre a proteção animal.

Quero também fazer uma saudação à Marta Dubeux e à Goretti, que são protetoras atuantes no Estado. Estão presentes em todos os momentos e também nos trouxeram pautas relacionadas ao Parque Dois Irmãos e outras. Então, também, é muito importante a presença de S.Sas.



Quero fazer uma consulta ao Secretário Sérgio Xavier e ao George: qual dos dois fará o início dos debates para que comecemos efetivamente a audiência pública? *(Pausa.)*

Nós vamos ter quatro debatedores: o Secretário Sérgio Xavier, o George, a Gabriela e o Ricardo Coelho. Cada um terá 15 minutos para fazer a sua apresentação inicial para que, posteriormente, nós tenhamos o tempo necessário para as respostas de perguntas e para o debate.

Então, concedo a palavra ao Sr. George do Rego Barros, Gerente Executivo do Parque Dois Irmãos, por 15 minutos.

O SR. GEORGE DO REGO BARROS - Bom dia a todos e a todas.

Nós, no começo deste ano, recebemos o convite e aceitamos mais um desafio de atualizar, de mudar, de transformar o perfil do Parque Estadual Dois Irmãos, que tem, dentro de si, um zoológico, que é o Zoológico do Recife.

Durante muitos anos, acompanhando um quadro mundial, o Zoológico do Recife tinha um modelo, que era um modelo mais tradicional de zoológico, que se parecia mais com a vitrine e que dava muito mais ênfase ao lazer, dando alguma ênfase à pesquisa científica, à educação ambiental; mas, inegavelmente mais importância ao lazer, que é um dos pilares do zoológico moderno, também.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como disse, o Zoológico do Recife fica dentro de um parque estadual, o Parque Estadual Dois Irmãos. Tanto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação quanto no Sistema Estadual, os objetivos de parque são quatro: o primeiro, preservação; o segundo, pesquisa científica; o terceiro, educação ambiental; e o quarto, entretenimento ligado à natureza.

O zoológico moderno, coincidentemente, tem esses mesmos pilares de educação, de pesquisa, de conservação e de entretenimento. Ou seja, o zoológico é compatível com a unidade, mas ele precisa, efetivamente, desenvolver esses quatro objetivos. É nisso que temos trabalhado, para que o Zoológico do Recife, dentro do Parque Estadual Dois Irmãos, atenda a essas necessidades dos animais, da natureza e da sociedade.

Esse é só um dado para chamar a atenção — eu vou ser mais rápido —: 21% dos animais avaliados pelo IUCN — União Internacional de Conservação da



Natureza têm algum risco de extinção. Esse dado é importante para pensarmos em outras coisas.

Eu vou só mostrar que o falcão das Ilhas Maurício estava nesse estado, em 1974, e, hoje, já tem uma população viável. Há também o condor-da-califórnia, o órix e o sapo do Panamá. O mutum-de-alagoas, que é um bicho da nossa região, vizinha, está extinto na natureza, mas, na semana passada, houve o primeiro nascimento no Parque das Aves, um zoológico lá do Paraná. A ararinha azul é outro exemplo; ela estava extinta na natureza, e começou-se um projeto reprodutivo, lá na Arábia, que está, agora, com um convênio com o Zoológico de São Paulo, Fundação Zoológico de São Paulo.

Como é que podemos fazer com que o Parque Dois Irmãos e o Zoológico do Recife consigam acompanhar essa tendência mundial de transformação de perfil de ser não só uma vitrine de bicho — bonitinho — para as pessoas visitarem, mas ser efetivamente um local de conservação, de pesquisa científica, de educação ambiental e de bem-estar animal e saúde garantida? Como fazemos isso?

Bem, primeiro, foi feito um novo arranjo administrativo no parque. O parque tinha, antes, uma gerência só, que era a gerência de tudo do parque. Então esse arranjo mudou. Agora há uma Gerência Geral e quatro departamentos, que são: Gerência de Saúde e Bem-Estar Animal, que tem a responsabilidade técnica, administrativa e financeira; Coordenação de Educação Ambiental; e Coordenação de Apoio à Gestão da Unidade de Conservação, que, no processo anterior, ficava meio engolida pelo zoológico. Entendemos que deva ser justamente o contrário, a Unidade de Conservação tem que ter uma relevância maior.

Nessa tendência, foi recomposta a equipe técnica. Em fevereiro, quando eu lá cheguei, havia só dois veterinários, três biólogos e um zootecnista — e só! Hoje, nós já temos quatro médicos veterinários, cinco biólogos, dois zootecnistas, um engenheiro florestal, um engenheiro ambiental e um engenheiro civil. Essa equipe técnica está de acordo com o previsto internacionalmente e tem dado um suporte satisfatório.

Aqui, uma foto da equipe.

Mas isso só não bastava. Nós entendemos que precisávamos conversar com a sociedade, escutar da sociedade o que ela entendia e fazer uma troca. A



sociedade até se manifestava, como vem se manifestando, por um novo parque. E procuramos, logo no primeiro momento, entender o que era aquilo e qual era o sentimento do movimento. Então, conversamos, e estamos conversando até hoje, e partir disso, nós criamos alguns instrumentos de conversa. Um deles é a roda de conversa. Toda última quinta-feira do mês — e aí já faço o convite a todos os movimentos de defesa dos animais —, à tarde, temos lá um espaço para a roda de conversa. É um espaço para escutarmos, conversarmos e respondermos às questões. Reunimo-nos para escutar sugestões, críticas, dúvidas e de fazer as trocas. Então, toda última quinta-feira do mês o parque está aberto para essa conversa.

O parque voltou a se relacionar, porque ele estava desassociado da Sociedade de Zoológicos e Aquários; voltou a se relacionar com a entidade que representa o zoológico tanto no Brasil quanto na América Latina, a ALPZA. Voltamos a essa comunidade e, a partir daí, passou a ter as trocas na comunidade que cuida do zoológico, que pensa o zoológico, que pensa as políticas públicas voltadas para os animais.

Interação com a sociedade. O parque é parceiro de um projeto, Artesãs do Parque, um grupo de 40 mulheres formado por artesãs de cinco comunidades do entorno do parque. Elas produzem artesanato com material reciclado e vendem lá dentro. Isso já é importante por si só, mas tem algo mais. Elas passaram a ser parceiras na defesa da unidade de conservação. Com isso, naquelas unidades onde elas moram, passamos a perceber que a agressão à mata é muito menor. Tem menos retirada de madeira, menos caça. Então há uma troca: nós damos o espaço a elas, onde elas vendem, comercializam, mas elas defendem a unidade de conservação. Está sendo muito bom e muito produtivo esse projeto.

Abrimos um programa de voluntariado — sobre o qual vou falar mais na frente. Aquela moça que está no cantinho é uma voluntária —, e esses voluntários têm ajudado muito, principalmente na questão da educação ambiental.

Instituímos uma comissão de ética e direito animal no mês passado. Está marcada uma segunda reunião para sua formalização. Já integram essa comissão membros da Universidade Federal Rural, da Universidade Federal, um representante do corpo técnico do parque, um da gestão; e estamos convidando



entidades de defesa dos direitos dos animais e do Conselho Regional de Medicina e de Biologia para integrarem essa comissão de ética, para que possamos discutir, dentro do parque, as questões éticas de direito dos animais em uma comissão que não seja só a ideia dos técnicos do parque. A decisão sempre vai ser técnica, mas ela sai da alçada exclusiva do parque e abre para escutar a sociedade, também.

Parceiros. Nós passamos a fazer parcerias, levar gente para ajudar o parque: escola técnica, trilogia, PPBio, PET Zootecnia e universidades, principalmente. Uma dessas parcerias gerou um programa denomina O Bicho do Mês. Neste mês de novembro é a anta, que assim funciona: os alunos do curso de Biologia das universidades, a cada mês, elegem um animal. Os alunos passam um mês trabalhando a educação ambiental com aquele animal no parque. Então, os visitantes passam a conhecer mais, saber os detalhes. É bom para o aluno, que se capacita, para a equipe técnica, que dá o apoio, e para o público, que passa a ter um apoio melhor nas visitas.

Prestação de conta ao Ministério Público. Temos uma prática, e vamos passar a fazer isso como regra: de seis em seis meses, faremos um relatório geral — fizemos em agosto e faremos em janeiro — de todas as atividades do parque. Tudo o que está acontecendo nós informaremos ao Ministério Público.

Quanto à capacitação da equipe — aqui são algumas fotos num momento de capacitação —, nós vimos que era uma necessidade — e é uma necessidade que não para — de capacitar sempre nossa equipe, desde os técnicos até os tratadores, o pessoal da limpeza, da nutrição — todos!

Educação ambiental. Procuramos fortalecer o setor de educação ambiental, passamos a ter uma coordenação própria, e as ações de educação ambiental passam a ser integradas a todas as ações do parque.

Essas são algumas fotos. Essa foto aí é uma parceria que fizemos com o Colégio Marista. Realizamos uma gincana ambiental, e a vencedora foi uma escola pública da Prefeitura de Recife. A premiação é toda de computadores que foram reconstruídos com materiais recicláveis. O pessoal do Colégio Marista pega as carcaças, refaz as máquinas, e a premiação foi toda de máquinas reconstruídas.

Zoo Noturno. Voltamos a oferecer esse serviço, que havia parado. Agora, mensalmente, temos o Zoo Noturno, projeto que proporciona às pessoas a



oportunidade de entenderem como é o animal que tem hábito noturno em atividade. Isso desmistifica muitas situações em que pessoas veem o animal de dia dormindo e pensam: *“Ah, está doente. Está magro”*. Essa atividade é muito importante. Ela perturba o mínimo possível os demais, porque há toda uma prática voltada só para os animais que têm esses hábitos noturnos e os cuidados necessários.

A atividade de falcoaria. A atividade de falcoaria, comprovadamente, garante um bem-estar animal muito grande, oportuniza essa interação com as pessoas, e o trabalho de educação ambiental pode ser desenvolvido a partir daí.

A atividade noturna.

A atividade com os povos indígenas, a questão cultural.

Com relação à questão das lixeiras, elas foram todas recuperadas. Na verdade, eram sucatas, e nós as recuperamos. É impressionante o efeito, não sei se felizmente ou infelizmente, que isso ainda causa, porque as pessoas jogam o lixo no chão, e, a partir do momento que recuperamos essas lixeiras e as colocamos, vimos um grande ganho com relação à limpeza.

Acessibilidade. Vimos trabalhando forte para melhorar a acessibilidade. O Parque adquiriu três carros elétricos, que conduzem gratuitamente cadeirantes, idosos, gestantes e qualquer pessoa com alguma dificuldade de locomoção. Esse serviço é gratuito. Temos três carrinhos desses lá, à disposição da população.

Realizamos, uma vez por mês, o Zoo Especial, trabalho que é feito com os técnicos do Parque junto com voluntários, atividade voltada exclusivamente para esse público com alguma necessidade especial. Conseguimos voluntários de autodescrição, pessoal de Libras, pessoal para ajudar na locomoção e no apoio. É muito interessante esse projeto. Há algumas fotos aqui do Zoo Especial. Nossos banheiros já estão adaptados e temos investido na retirada de barreiras arquitetônicas que possam dificultar a locomoção.

O Parque ganhou um aplicativo. Ele pode ser baixado gratuitamente no celular por quem tiver o sistema Android. Traz informações, jogos, mapa, atividades do Parque.

Como eu disse, temos o programa de voluntários. Hoje estamos com 40 voluntários, e essas pessoas dão um suporte muito importante hoje ao zoológico. Qualquer pessoa que tenha disponível algum tempo e esteja disposto a ajudar, a



participar, é só entrar em contato com o Centro de Educação Ambiental, que daremos as orientações. Toda ajuda é bem-vinda.

Capacitação para os voluntários. Unidades de conservação. Tivemos, há pouco, ratificado o nosso Plano de Manejo. Estamos fazendo, neste momento, a marcação, por GPS, de todas as trilhas. Vamos construir um mapa digital, com distância, com altitude, com todo o detalhamento das trilhas, para poder prestar um serviço de mais qualidade.

Está sendo desenvolvido um plano de substituição das espécies exóticas, das arbóreas exóticas de dentro do zoológico. Temos ainda muitas árvores exóticas que causam algum problema. Está sendo desenvolvido um projeto para que, no espaço de 10 anos, consigamos substituir todas por espécies nativas. E estamos em tratativas para a recuperação florestal da área que está sendo anexada ao Parque para triplicação. O Governo do Estado está comprando uma fazenda, a Fazenda Brejo dos Macacos, que vai triplicar o espaço. Oficialmente já triplicou, há um decreto, mas estão fazendo a regularização fundiária. Já estamos, em paralelo, tratando da recomposição florestal desse espaço.

Aqui são algumas fotos de nossos animais de vida livre. Nossos técnicos dão o suporte. Há o menor contato possível, mas fazemos a contagem, o acompanhamento de fauna.

Saúde e bem-estar animal é outro foco importante e que não dá para se deixar em segundo plano. Conseguimos articular uma visita de Dave Morgan e de Yara, da SZB. No mês de abril, eles fizeram uma visita técnica ao Parque. Dave Morgan é de uma ONG internacional que trabalha com a recuperação de zoológicos e com o bem-estar animal. Eles vieram conhecer o nosso Parque, já tinham ouvido falar das deficiências, para verificar o real estado dele e fazer sugestões, ponderações. Foram 2 dias de visita técnica, o que, para nós, foi muito proveitoso. Estamos aguardando um relatório técnico, que eles prometeram entregar até o fim de novembro, com o detalhamento dessa visita. Durante a própria visita, ele já fez as observações, e muita coisa disso já vimos pondo em prática.

Um resultado direto dessa visita foi a criação de um grupo de trabalho entre Dave Morgan e sua equipe, o Parque Dois Irmãos e a Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil — SZB. Todas as atividades que desenvolvemos no Parque,



todas as alterações, todos os ajustes nós fotografamos, encaminhamos, eles fazem as observações, e trocamos informações de forma permanente. Com isso, conseguimos um suporte técnico, além da nossa equipe, de fora, para garantir a qualidade das mudanças que vimos fazendo.

Estamos buscando soluções naturais em saúde animal sempre que possível. Já temos casos de aplicação de acupuntura com sucesso. Estamos investindo agora na criação de uma farmácia verde, uma farmácia viva, e começando a trabalhar com homeopatia. Alguém pode pensar que preguiça não nada, mas fazemos hidroterapia com algumas e temos sucesso, algo bastante positivo.

Medicina preventiva é outro foco que estamos organizando e pelo qual brigamos para conseguir fazer cada vez mais. Por quê? Porque sempre trabalhávamos no resultado, com o bicho já doente, e era muito complicado, o recurso é escasso, as condições são difíceis. Então, estamos tentando inverter essa lógica. Estamos tentando atuar antes de o bicho adoecer. Temos o tratamento dentário. Os animais que precisam agora têm um calendário para ir a clínicas.

Aqui é uma macaca-aranha fazendo ultrassonografia. Esse é um píton no qual fizemos também ultrassom, há 15 dias.

Levamos um puxão de orelha bom da equipe de Dave. Ele disse: *“Não adianta vocês fazerem tudo isso sem garantir o bem-estar do animal. Não adianta ter um recinto bonitinho, se o bicho está lá quietinho. Não é para ficar assim. Então, vamos ter que fazer o enriquecimento”*. Então, passamos a ter o Programa de Enriquecimento Ambiental permanentemente. Nisso os voluntários são muito uteis, porque, por mais que tenhamos melhorado a quantidade na equipe, ela ainda não é tão grande. Os voluntários ajudam muito em manter esse programa de enriquecimento ambiental, mas ainda precisamos de mais ajuda.

Temos algumas fotos de atividades aqui.

Uma pessoa questionou: *“E peixe voa?”* Peixe não voa, mas fazer o urso ficar ereto é importante para ele. Esse é um truque para conseguirmos uma resposta. Peixe, realmente, não voa, mas fazer esse peixe voar fez com que o urso respondesse a um estímulo que é necessário.

Melhorias e ajustes para o bem-estar animal. Nós temos um projeto, e vamos falar um pouquinho dele mais à frente, de reestruturação de todo o zoológico. Mas



não dá para esperar esse projeto ficar pronto, as obras ficarem prontas, para que, só então, os animais tenham bem-estar. Então, nós precisávamos passar a atuar agora nos recintos que existem lá, que estão lá. E foi isso o que nós passamos a fazer.

Então, aqui é o recinto onde fica o tamanduá-mirim. Tínhamos, acoplados a ele dois recintos pequenos de tatus. Excluimos esses recintos e aumentamos a área.

Outro problema que existia era o guarda-corpo de ferro. Ele enferrujava, as pessoas se encostavam, tinham problema. Retiramos, conseguimos fazer com que as pessoas possam visualizar melhor os animais e, ao mesmo tempo, demos um conforto maior para os animais. Ou seja, conseguimos fazer as duas coisas com quase nada.

A página do Movimento Por um Novo Parque Dois Irmãos tem uma foto desse recinto, que é o recinto da anta, com a anta lá encurralada. Quando eu cheguei ao Parque, a primeira conversa que eu tive, inclusive, com outra pessoa do Movimento, o Igor, foi sobre isso. Eu perguntei: *“O que a gente pode fazer para melhorar isso?”* E eu fiz essa mesma pergunta para o nosso corpo técnico. E, aí, tínhamos um recinto lá, no Parque, o de baixo, em que ficavam os cisnes. Vimos era só fazer pouca coisa. Aumentamos a tela, porque era baixa, e a anta poderia escapar —nós a colocamos com dois metros, pintamos, arrumamos —,4 e a anta hoje está em um recinto grande, em condições de recebê-la, com bastante água para ela nadar, com todas as condições. Ou seja, conseguimos garantir o bem-estar do animal só trocando ele de lugar, basicamente, sem muito investimento, sem muita coisa.

O serpentário é outra situação. Ele era antigo, as cobras cresceram. Temos serpentes de 4 metros e meio, um pouco mais, e os recintos eram, basicamente, 2 por 2. Eram muito apertados para elas. E, aí, decidimos: *“Não adianta mexer aqui, a gente tem que fazer um novo”*. Conseguimos, por doação, os vidros. Tínhamos já, para outro projeto lá, os eucaliptos. E construímos um serpentário novo, basicamente com eucalipto e vidro. Em cima, é tela. E, quando o inauguramos — e o grupo de trabalho já atua nisso —, que mandamos as fotos para o grupo de trabalho, o Dave Morgan disse: *“Está muito claro, tem que escurecer”*. Aí, trabalhamos para escurecer. Colocamos sombrite, pintamos as telhas, colocamos mais vegetação. Aí, tiramos foto e mandamos. E ele disse: *“Agora está bom”*.



Então, essa relação de troca permanente é que nos garante que estamos no caminho certo.

Esses ajustes que eu falei, eles continuam. Então, está aqui o serpentário. No antigo serpentário, eram seis recintos para serpentes. Estamos transformando os seis em três. Eles vão receber — é claro, vamos modificar a estrutura deles — o tatu-galinha, o tatupeba e o furão, que hoje ainda está em um recinto pequeno, com algumas restrições, e essa é a primeira obra que vamos fazer agora, para conseguir colocar o animal em um recinto com melhores condições de recebê-lo.

Estamos fazendo também a recuperação dos aviários. No antigo recinto em que ficava a anta — era esse aí —, colocamos vidro, que tínhamos lá, de refugio. Nada disso é comprado. Há a reutilização de tudo. Estamos reutilizando os vidros. Vai melhorar a visualização, e vamos trazer para aí os catetos.

Esse é outro recinto que estamos recuperando. Dos primatas, já conseguimos recuperar dois. Hoje estamos começando a recuperação do terceiro.

Pesquisa. Apesar de ter muita pesquisa sendo realizada lá dentro, não tínhamos um banco de dados, não sabíamos o que era produzido. Então, como acontecia? O pesquisador, geralmente da Rural ou da Federal, chegava, apresentava um requerimento, era autorizado, fazia a pesquisa e ia embora. Não ficava nada no Parque. O Parque não sabia de nada disso.

Então, agora, estamos mudando esta lógica. Agora, o pesquisador continua sendo autorizado, é claro, mas ele tem um compromisso de, no fim da pesquisa, deixar o resultado com a gente, em forma digital e física, em papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - George, só uma pergunta. Há muitos eslaides ainda?

O SR. GEORGE DO REGO BARROS - Vou correr um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Se puder, corra um pouquinho, para dar tempo de ouvir os outros oradores e fazer o debate.

O SR. GEORGE DO REGO BARROS - Vou passá-los mais rapidamente.

Até dezembro, criaremos a biblioteca do Parque, e recebemos doações. Aqui são fotos de alguns grupos de pesquisa que atuam no Parque. Essa é uma foto de um jacarepaguá, é o primeiro registro do nascimento desse animal, que é o menor crocodiliano, que tem poucos registros científicos, e foi feito este ano no Parque.



Essa cobra cipó, uma subespécie que só havia sido avistada em Alagoas, foi vista por uma aluna da Rural lá no Parque. Esse sapinho aqui, que é nosso, é endêmico daqui, fazia 50 anos que tinha sido avistado, e foi visto novamente este ano no Parque, e estamos cuidando dele. E conservação.

Esse é o foco que passamos.

Essa é uma arara garganta azul, boliviana. Nós a descobrimos, pela ação de um internauta, que nos alertou dizendo que o animal que tínhamos era muito raro. Sabíamos que era raro, mas não que era tanto. Fomos pesquisar e descobrimos que é único em zoológico no Brasil. E descobrimos o pior: que na natureza só existem 150. Então, existe um grupo de conservação que está cuidando da manutenção da vida, da existência desse animal. Esse nosso animal já está inserido nesse projeto de conservação, e ele vai para a Bolívia prestar um grande serviço à natureza, que é ajudar a perpetuar a espécie.

Aqui são nascimentos nossos, deste ano. Essa é a macaca prego-galego, espécie extremamente ameaçada de extinção. Na Paraíba, há um projeto de conservação em andamento. Ela está prenha. Temos mais outra prenha. Se der tudo certo, daqui a pouco, vamos começar a ajudar nesse trabalho de conservação do macaco-prego galego.

A CPRH está ajudando na gestão de fauna. O IBAMA passou para CPRH a partir da Lei Complementar nº 140. O CETA está sendo preparado. Enquanto o CETA está chegando — e está perto, a Simone está ali, está bem pertinho de inaugurarmos o nosso CETA —, o parque vem dando suporte, na medida do possível. Em parceria com o Instituto Preguiça, a gente vem dando suporte. As preguiças que são entregues à CPRH, que são capturadas, que são apreendidas, geralmente, elas vão lá para o Parque, recebem os cuidados do nosso veterinário, do pessoal do Instituto Preguiça, até que tenham condição de voltar à natureza. Esse é o objetivo principal. Não temos preguiça em cativeiro. E o índice de sucesso é muito bom. Em alguns casos, e vou mostrar um deles, infelizmente, elas chegam em uma situação em que não têm condições de voltar, mas o sucesso com as preguiças tem sido muito bom.

Esse é um tatuzinho que chegou com dois dias de nascido. Ele foi apreendido. Estamos cuidando dele, e ele terá condições de voltar para a natureza.



Aqui uma jaguatirica na mesma situação. Essa eu deixei do jeito que chegou e tirei uma foto. Olhem o que estava escrito: por favor, não mexer. Aguardando resgate. Isso foi um choque elétrico em fios de alta tensão, o que acontece muito, muito. Infelizmente, essa preguiça morreu. Nós não conseguimos salvá-la.

Em relação a outros animais que chegam, temos conseguido sucesso. Esse jabuti foi atropelado e fizemos a reconstituição do casco, e eu já tenho informações de que ele já voltou à natureza.

Aqui outros animais dos quais cuidamos lá. Esse, por exemplo, levou um tiro. Alguém deu um tiro no falcão e, infelizmente, ele foi amputado. Acontece muito isso. Eu trago esses casos para mostrar, porque são casos que chegam de fora e tentamos dar o melhor apoio possível. Mas, às vezes, o homem faz essas coisas. Muitas vezes, inclusive.

Segurança foi outro ponto em que precisamos investir. Fizemos reposicionamento de todas as câmeras do Parque e, no mês passado, conseguimos colocar mais cinco. Muitas dessas câmeras têm um sistema de giro de 360 graus e infravermelho, que consegue uma boa visualização à noite, inclusive.

Projetos. Como já disse, temos a antiga Fazenda Brejo, que triplicará o tamanho do Parque. Sobre o Chalé do Prata, que será a sede de Unidade de Conservação, já temos o projeto de restauro pronto, a liberação de recursos pela Câmara Técnica de Compensação Ambiental e estamos esperando só o detalhamento técnico pelo IPHAN.

Essa é ordem de serviço das obras da primeira etapa que começaram, aqui está o detalhamento: o prazo é de 9 meses, valor de 9 milhões, aproximadamente, e a obra começou.

Aqui foto das obras.

Esse é o desenho geral do Parque. Aqui a área da primeira etapa, e aí eu vou dizer só o que tem nessas obras que começaram. A primeira obra a ser feita será a clínica veterinária. Hoje o Parque só tem uma sala de procedimentos, e vamos passar a ter uma clínica veterinária completa. Então, a primeira obra a ser feita será a nova quarentena, que é o lugar para que os animais possam ser acolhidos, e a clínica veterinária. Depois disso, uma sala de necropsia, uma nova sala de nutrição,



um setor de biologia, um setor extra e o prédio da administração. Esse conjunto compõe as obras da primeira etapa que já começaram.

Aqui a maquete digital. Aqui é a perspectiva da área de visitação do Parque, qual é o parque que estamos pensando, qual é o zoológico que estamos pensando para o futuro. Saímos do conceito, como eu disse, vitrine e partimos para o conceito de bioparque, em que o conforto e bem-estar animal vem à frente do conforto do visitante.

Claro que queremos garantir a acessibilidade, claro que queremos garantir conforto a quem está visitando, mas se inverte a lógica, primeiro é o conforto e o bem-estar do animal.

E aí temos algumas novidades previstas, uma casa de répteis, com controle de umidade, controle de luminosidade, temperatura, tudo controlado para o bem-estar dos animais. Uma caverna para os animais noturnos, que é outro problema. Os animais que estão lá no Parque têm hábitos noturnos, mas é dia e tem gente. Então, o que vamos fazer? Uma inversão luminosa. Escurece de dia, e o animal vai ficar muito mais confortável com essa inversão.

E vamos ter alguns recintos de imersão. Esse é o recinto da Mata Atlântica. O zoológico vai ser dividido por biomas. Então, cada grupo animal vai estar no seu bioma, que vai se parecer o máximo possível com o hábitat dele.

Aqui um recinto de imersão de aves na Mata Atlântica.

Aqui um recinto misto da Savana. Também para se parecer o máximo possível com a natureza, vai haver um grande recinto, claro, sem os predadores, em que os animais da Savana vão estar em comunidade, juntos. Esse é o desenho do Setor África.

E por fim, eu tinha falado daquela triplicação. O que vamos fazer? A área é área grande. O que se vai fazer lá? Juntando esse projeto todo de mudança de perfil há uma área na margem da BR, área bastante degradada, e temos uma ideia boa na qual já estamos trabalhando, inclusive procurando parceiros para construir um centro de pesquisas de sustentabilidade e conservação da espécie da fauna e flora silvestre.

O que é isso? É um espaço para fazermos o quê? Para capacitar nossos técnicos, um espaço para fazer reprodução de espécie prioritária, um espaço para



fazer a reabilitação de animais para poderem voltar à natureza, ou seja, é o complemento, é, vamos dizer, o elo que junta os CETAS, os zoológicos, ou seja, todo o sistema de fauna.

Então, infelizmente, como eu mostrei em algumas fotos, os animais são apreendidos, são traficados, são maltratados, e eles chegam às vezes numa situação muito ruim e precisam ser reabilitados. Reabilitou, melhorou a saúde, mas ele não tem condições de voltar à natureza, porque, se voltar daquele jeito, ele vai ser preso novamente ou vai ser morto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - George, vou pedir que conclua, senão não conseguiremos...

O SR. GEORGE DO REGO BARROS - É a última parte.

Então, esse Centro de Conservação que estamos construindo — no Brasil já há um em São Paulo, que foi feito há pouco — é o elo que falta para fecharmos esse sistema todo de fauna. É nisso que estamos trabalhando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Obrigado, Sr. George. Nós estendemos um pouco o tempo, mas acho importante a oportunidade para que se apresentem aqui as posições da administração do Parque.

Eu queria convidar o Dr. André Felipe Menezes, Promotor do Ministério Público de Pernambuco para que venha compor a Mesa, representando o Ministério Público. (*Palmas.*)

Registramos a presença da atuante Deputada do Recife, Isabella de Roldão. (*palmas*) — até perguntei se S.Exa. queria fazer parte da Mesa, mas ela disse que não —, Vereadora que tem demonstrado ao longo do seu mandato compromisso com a causa ambiental e com os animais. Ficamos muito felizes com a presença de V.Exa. aqui.

Passo a palavra a Sra. Gabriela Gehlen Leite, do Movimento Por um Novo Parque Dois Irmãos.

A SRA. GABRIELA GEHLEN LEITE - Bom dia. Sou Gabriela, estou aqui representando o Movimento Por um Novo Parque Dois Irmãos.

Vou começar apresentando brevemente o nosso Movimento. Ele surgiu em outubro do ano passado através de uma página no Facebook, justamente com a



intenção de tentar divulgar e mobilizar mais pessoas para reivindicar melhorias verdadeiras no zoológico de Dois Irmãos.

(Segue-se exibição de imagens.)

E que melhorias seriam essas? O zoológico de Dois Irmãos atualmente está numa concepção ultrapassada de zoológico, tendo como único pilar o entretenimento do público. Estamos vendo algumas mudanças acontecendo, mas ainda não está nem perto de ser um zoológico moderno. Ele ainda existe para exibir animais como se fossem objetos para contemplação do público.

O George já falou brevemente no que consiste um zoológico moderno, que está baseado nesses quatro pilares. Eu quero chamar a atenção para o fato de que esses pilares estão nessa ordem de importância: conservação da biodiversidade, pesquisa, educação, e, por último, muito mais como uma consequência, entretenimento.

Para fazer a conservação da biodiversidade é preciso fazer pesquisa, para fazer da maneira correta, e se acaba criando um ambiente muito propício para fazer educação ambiental. Então por que não? E também acaba sendo um entretenimento, e se pode investir nisso para sensibilizar as pessoas. O entretenimento e a educação em si não justificam por si só a existência do zoológico, mas inserido nesse contexto de um centro de conservação da biodiversidade, sim.

Por que o zoológico existe para a conservação da biodiversidade? Como manter animais presos pode ser uma forma de conservação?

Sabemos que, infelizmente, nos dias atuais, cada vez mais o ser humano vem provocando a perda e fragmentação de habitats naturais, isso vem gerando uma onda de extinções de inúmeras espécies, e muitas vezes o impacto é tão grande no ambiente natural que não é possível fazer a conservação nesse habitat natural. É muito mais barato, é muito mais vantajoso fazer a conservação no ambiente natural da espécie, só que muitas vezes o impacto é tão grande que se você não retirar os indivíduos para fazer a reprodução em cativeiro eles vão desaparecer, é o que chamamos de conservação *ex situ*, fora do habitat natural.

Cada vez mais começa a surgir essa demanda, essa necessidade, e por isso o zoológico moderno se estabeleceu.



É importante observar que ele está baseado no princípio de oferecer o máximo bem-estar animal possível para os animais cativos. Quando falamos em cativeiro, é o melhor que se pode oferecer. Por que não podemos simplesmente deixar essas espécies desaparecerem? Porque isso gera uma reação em cadeia, um desequilíbrio, e não existe libertação animal num ambiente desequilibrado. Então, tem que reverter esse processo.

O zoológico moderno não faz trabalho só em cativeiro, ele também financia atividades fora do zoológico, de conservação. Eu estou falando dos melhores zoológicos do mundo, claro, que financiam atividades de conservação fora também, para que, no futuro, se possa fazer a reintrodução das espécies. Então, não adianta fazer um ótimo trabalho no zoológico e não fazer um ótimo trabalho fora dele também. Tem todo um contexto.

Bem, mas como o foco aqui são os maus-tratos, eu vou explicar brevemente o que seria o bem-estar animal. De uma maneira bem simples, podemos dizer que oferecer bem-estar animal é satisfazer necessidades físicas e mentais. E existem cinco condições básicas que se convencionou que devem ser atendidas no cativeiro: manter os animais livres de fome e sede, de desconforto, de dor, de maus-tratos e doenças. Permitir que eles expressem seu comportamento natural, e livre de medo e angústia. E, vale ressaltar, essas são as condições básicas.

No caso do Parque Estadual Dois Irmãos, estamos aqui justamente relatar o que enxergamos de abandono e maus-tratos, que é o foco aqui. Então, eu vou tentar apressar, vou falar rápido, porque, infelizmente, tem muita coisa, e talvez não dê tempo.

Eu vou começar mostrando o recinto recém-inaugurado, que é o serpentário, que, com certeza, está muito melhor do que o serpentário antigo, isso é inegável. No serpentário antigo, as serpentes não conseguiam nem se esticar completamente, ele era escuro, úmido demais, e melhorou. Porém, tem problemas. Primeiro que tivemos a oportunidade, como o George falou, de ter diálogo com os gestores, depois que da mudança, no começo deste ano. Uma coisa boa aconteceu: uma maior abertura. Tivemos a oportunidade de ir ao Parque Dois Irmãos, e o Igor, que é um dos integrantes, Mestre em Zoologia, especialista nessa área, falou sobre recintos. Disse que às vezes as pessoas acham que é melhor vidro do que grade, porque existe



aquele estigma da grade, da jaula, mas não necessariamente o vidro é melhor. O vidro é melhor para o visitante, que acha mais bonito. Ele vai olhar e: “Ah!” Mas tem-se que pensar no animal. Então, varia muito de espécie para espécie, se vai funcionar ou não.

Nesse caso, devido às dimensões, muito provavelmente a circulação de ar aqui está muito complicada, até porque metade está coberta, metade, não. Ele é repleto de vidro, inclusive a porta do cambiamento, e eu nunca vi uma porta assim, com cambiamento, eu acho que até dificulta um pouco. Então, com certeza a circulação de ar está muito comprometida. E por que isso é um problema? Porque serpentes precisam termorregular. São animais exotérmicos, então eles precisam do meio ambiente para regular a temperatura. Esse é um problema sério. No cantinho, aqui, não sei se vocês conseguem enxergar, tem uma tomada. Esse é o problema mais grave. É uma tomada, eu não sei por que ela existe, não sei por que ela está aí, e está desprotegida. As serpentes têm o hábito de perceber o ambiente, colocando a língua para fora — acho que muita gente já viu isso. Eu acredito que isso seja um risco, pode acontecer um acidente sério. E tem outro problema que está justamente na parte aberta. Então, se chover, não é? Água e eletricidade não combinam.

Isso aqui é novo, também. Isso não é uma barreira de proteção. O visitante pode passar, uma criança pode passar. Isso não está de acordo com a IN, que é a Instrução Normativa, que já deixa muito a desejar; mas nem de acordo com a IN está. Precisa haver uma barreira de verdade, para que o visitante não consiga passar. Isso coloca em risco tanto o animal quanto o visitante.

Aqui, também, no recinto dos jabutis, está totalmente livre a passagem. Aqui há rachaduras, o que visualizamos em muitos recintos.

O novo recinto da anta também está melhor do que o outro; porém, não é um recinto de anta, é um recinto de cisne-negro, então teria que sofrer mais adaptações.

Só há uma passagem em que ela consegue ir para a água. Visualizamos a anta tentando descer por esse caminho, e ela hesitava muito, porque se ela descer direto aí, ela cai e, para subir, vai ser mais difícil ainda. Então, também é um problema que tinha que ser pensado, para que o recinto fosse totalmente acessível para ela.



Há mais espaço com água do que espaço com terra — deveria ser o contrário —, e até uma área do recinto está inutilizada, não tem água nem terra. Enfim, ela precisaria de uma adaptação melhor.

Essa barreira aqui — esses troncos —, eu não sei exatamente por que existe, mas eles não a impedem de passar, se a intenção for essa.

O cambiamento dela também é um problema, porque ela está superexposta. Para o animal ter bem estar, ele precisa ter poder de escolha. Então, ele precisa, caso não queira ficar muito exposto, ter um refúgio, um ponto cego. Todo recinto precisa ter um ponto cego. Ela está sem.

Esse é o recinto das emas. Ele tem o mesmo problema de superexposição. Aqui, percebemos que essa cerca está caída, e mostramos isso já faz um tempo, não é novidade essa cerca pendendo; até fizeram uma cerca interna, talvez para resolver, mas até tem partes dessa cerca interna em que está caído o fio, já, porque as emas têm um comportamento muito comum, e vemos no Parque, que é de ficar bicando a cerca. Esse é um comportamento que se observa bastante em emas e avestruzes quando eles estão estressados. É um indício de estresse. Pode haver muitos motivos, mas com certeza superexposição é um deles.

Isso aqui mostra uma ema sem muitas penas. Esse também é um comportamento que podemos observar — essas aves arrancando as próprias penas —, também indício de estresse.

Isso aqui é um problema de escolha. Esses dois animais estão no mesmo recinto. É um problema de interação. Tucanos podem se alimentar de passeriformes. Não aconteceu até hoje, talvez porque eles recebem comida, literalmente, de bandeja; talvez, eles prefiram frutas. Mas esse é um risco que não se pode correr. Isso não pode acontecer. Inclusive, existe um histórico, um registro de predação no Parque Dois Irmãos. Eu acho que isso foi discutido. Eu acho, não; isso foi discutido até na última audiência que houve do zoológico, em que num relatório havia como causa da morte predação, dentro de um recinto. Então, esse é um risco que você não pode correr.

Esse é um problema sério, também: não existem caixas-ninho para essas aves poderem nidificar. Então, elas fazem o ninho no chão, além de se alimentarem no chão — o ideal é que a comida fosse suspensa. E qual é o problema disso?



Infelizmente, já visualizamos várias vezes ratos em recintos. Inclusive, recebemos uma denúncia um tempo atrás de um rato que teria matado um filhote de arara-canindé. Então, é assim: de qualquer forma, não se poderia deixar de oferecer caixas-ninho. Não é uma coisa difícil, não é uma coisa cara. E, rato, então, não preciso nem dizer. Esse rato foi visto no recinto do chimpanzé, que é o animal mais antigo do zoológico. Atualmente, ele fica basicamente no cambiamento, porque está com um problema no olho e, até onde eu sei, não está recebendo tratamento, não sei se começou a receber. Esse é um risco muito grande, porque os chimpanzés são parentes nossos, e eles estão vulneráveis a muitas doenças às quais nós também estamos vulneráveis, como a leptospirose.

Esse é o recinto do furão, um cubículo. Qual é o grande problema desse recinto? Eu vou mostrar um vídeo, rapinho. O furão é um animal que tem o hábito de cavar a terra, para se esconder e procurar alimentos, só que ele está num recinto totalmente cimentado, e não é difícil visualizar este comportamento: é um movimento de ir e vir, sem sentido algum. Um comportamento repetitivo, sem sentido algum, nós chamamos de comportamento estereotipado, e esse comportamento de ir de um lado para o outro é o *pacing*, que é muito comum em animais de grande porte, carnívoros, mas nós podemos visualizá-lo em outros animais de menor porte também, como é o caso do furão.

Numa visita que o Igor fez, ele viu isto acontecer: os macacos pregos estavam se pendurando na grade que sustenta o recinto e conseguiram derrubá-la. Ficou exposto o ferro, e eles estão brincando nisso, estão se pendurando, se balançando, e isso está sustentando o recinto. Então, a qualquer momento, pode até haver uma fuga, se eles conseguirem derrubar mais. Isso tinha que ser concertado imediatamente.

Esse é um recinto que já está, há muito tempo, quebrado, mas não há nenhum animal lá no momento. Ele está caindo aos pedaços, literalmente.

Esse é outro recinto que está caindo também. Aqui está o tanque da lontra, com rachaduras. Esse é o recinto dos ursos pardos, que é muito pequeno para esses animais. Ele talvez seja o pior recinto, é difícil dizer, mas é muito pequeno. Eles não têm água em separado para beber, o que deveria acontecer.



Eu tenho um vídeo para mostrar. É muito difícil chegar ao zoológico e não observar o macho realizando esse comportamento, o *pacing* — ele fica andando de um lado para outro. Esse vídeo tem mais de 1 minuto, e ele não para, anda de um lado para o outro, de um lado para o outro. Isso é um indício de estresse, indicado justamente pela frequência desse comportamento.

Aqui está o veado-catingueiro. Lá atrás, pode-se ver que ele está em cima de alguns tijolos que caíram, aparentemente. Aqui, estamos só chamando a atenção para o abandono, para a negligência mesmo: a placa, que está se apagando, nunca foi retirada daí. Parece que não existe uma preocupação muito grande em informar corretamente a pessoa que está visitando.

O cervo e o *waterbuck*, que podemos ver aqui no cantinho dessa imagem, são animais que vivem em bando. Eles não deveriam estar sozinhos. Eu gostaria de fazer uma observação: claro que, na situação que o Parque Dois Irmãos está hoje em dia, não existem condições de se receberem mais animais. Isso é uma coisa que nós temos que mencionar, porque, com certeza, afeta o bem-estar deles, porque eles não têm hábito solitário.

Aqui do lado, há uma coisa interessante: esse pau com essa câmera — essa foto é mais antiga; essas fotos que eu estou mostrando, a maioria, são de 2 semanas atrás, 3, no máximo. A câmera estava nesse poste, que está pendendo, e já faz muito tempo também que mostramos isso. Parece que a solução que arranjaram foi fincar um tronco e mudar a câmera do poste para ele, que está amarrado. Se esse poste cair — tem até um mato seco aqui atrás —, não sei o que pode acontecer. Então, em vez de resolver o problema, há uma gambiarra aí.

Lixo é muito comum, infelizmente, também.

O recinto dos grandes felinos, de forma geral — há quatro recintos de grandes felinos —, é muito pequeno. Em 2008, saiu uma matéria — eu tenho esse jornal para quem quiser ver —, uma entrevista com o gestor do parque na época, e ele mesmo já reconhecia que esse recinto é muito pequeno, que os tigres estavam estressados, e até hoje é o mesmo recinto.

A suçuarana está em um desses recintos. Os tanques estão com uma água muito suja, até com um odor muito forte, eles mal usam a água, é muito difícil vê-los usando-a.



Esse é o teto do cambiamento, há uma gambiarra lá em cima. Não é seguro um teto desses, essa estrutura não é nem um pouco segura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Só peço que, se puder, seja objetiva.

A SRA. GABRIELA GEHLEN LEITE - O.k.

Esse é o Léo. Antigamente, ele tinha uma palhoça que lhe fornecia sombra, não tem mais, e ele fica embaixo dessa pedra. Nem é um recinto tão ruim, mas também é uma coisa simples que poderia ser resolvida.

Essa foto nós mostramos já há muito tempo. A lhama está em um recinto muito úmido e quente para a espécie, ela é de ambientes frios e áridos, não faz sentido isso.

Aqui, a cerca está bem frágil, é até fácil entrar nesse recinto.

Essas são fotos mais antigas. As corcovas bem baixas desses camelos são um sinal de má saúde. Até pouco tempo atrás, ela estava em quarentena, não sei se ela ainda vive. Essa foi uma tigresa que emagreceu 20 quilos em 45 dias, ficou pele e osso, essa é uma coisa inaceitável.

A denúncia nesse caso foi que aconteceu um procedimento veterinário malsucedido, e a anta se machucou. Saiu o teto de um dos recintos do mutum. Esse é o último filhote de tamanduá que nasceu no parque, pelo menos que nós sabemos. A mãe foi obrigada a ter o filhote nessa situação, não tem nem feno nem folha seca para ela, e o filhote faleceu no mesmo dia. Aqui são rachaduras quase caindo em cima do jabuti.

As soluções são reformas, adequação dos recintos, recintos maiores para algumas espécies, recintos que correspondam ao *habitat* natural delas e um programa de enriquecimento. Não adianta enriquecimento só para algumas espécies ou um dia sim, um dia não, tem que haver um programa de enriquecimento que vá inclusive alternando as atividades, porque isso vai trazer estímulos tanto físicos como cognitivos para os animais e vai permitir o exercício de habilidades naturais.

Faltam recursos? O problema é recurso? Muitas vezes, já alegaram isso, e ficamos meio confusos, porque foram investidos mais de 340 mil para construção de dois banheiros. Primeiro, eles não tinham que priorizar banheiro, tinham que priorizar recinto. É estranho!



Desde 2010 a reforma era prometida. O orçamento da época já era de 40 milhões de reais — é recorde esse orçamento e ele permanece o mesmo. A previsão era de construção até 2014, e sabemos que isso não aconteceu.

Desde o primeiro semestre, nas rodas de conversa, ficamos sabendo que para a primeira parte da reforma já havia recursos, mas todo mês havia algum problema, alguma questão burocrática, ficava para o outro mês: *“No outro mês começa, no outro mês começa”*, e as obras não começaram.

Ontem nós nos deparamos com essa notícia de que finalmente as obras tinham começado nesta semana. A primeira parte vai custar mais de 9 milhões de reais, e vão ser priorizados os prédios administrativos, quarentena, setor de veterinária e biologia. Bem, não deveria — isso nós criticamos desde o começo — haver essa priorização dos prédios administrativos. Quarentena, sim, tudo bem, mas a situação é alarmante, e os recintos tinham que ser priorizados.

E esse orçamento de 40 milhões de reais? Só para fazer uma comparação, o zoológico de Sorocaba fez uma reforma geral — eles têm quase 2 mil animais; aqui, nós temos cerca de 650 — que custou 4 milhões de reais. Se fizerem realmente uma reforma, se investirem direito 40 milhões de reais, vai ser incrível, ótimo, maravilhoso, mas, diante de toda essa dificuldade de recursos, porque há crise, sabemos que com menos dinheiro dá para fazer um ótimo trabalho. Não entendemos esse orçamento.

Para finalizar, eu só queria deixar uma mensagem: será que essa situação do Parque Dois Irmãos pode ser generalizada para todos os zoológicos? Eu queria dizer que o Parque Dois Irmãos não é modelo de zoológico. Infelizmente, a maioria dos zoológicos do Brasil tem em um conceito ultrapassado ainda, apesar de termos zoológicos bons, mas esse não é modelo.

Muitos zoológicos ao redor do mundo priorizam de fato o animal cativo, trabalham de fato com conservação, com pesquisa, fazem de tudo — isso é o recinto de um urso pardo —, para oferecer o máximo de bem-estar possível para os animais. Esse é o San Diego Zoo Safari Park, enorme, outra realidade.

Então, precisamos mudar. O Brasil, felizmente, já começou. Esse é um exemplo do Parque das Aves, um dos melhores zoológicos do Brasil, ele é referência. Nós temos muito trabalho pela frente, mas como a SZB — Sociedade de



Zoológicos e Aquários do Brasil fala, as coisas podem mudar. Vamos juntos. Nós temos que procurar soluções, temos que mostrar que zoológico não existe só para exibir animais. Zoológicos, infelizmente, devido à degradação do ambiente natural, hoje, são necessários, mas almejamos que, no futuro, não sejam mais. Mas só com o trabalho dos zoológicos e com a conservação fora deles é que isso pode um dia acabar.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Muito obrigado, Gabriela.

Eu queria fazer o registro da presença do Deputado Edilson Silva. V.Exa. quer fazer parte da Mesa, ficar aqui conosco? Fique à vontade! Após as apresentações, a palavra será concedida aos Deputados.

O próximo orador é o Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, o Sr. Sérgio Xavier.

Nós estendemos bem o tempo para a Gabriela e para o George, porque eles tinham apresentação, mas eu pediria agora ao Secretário e também ao Dr. André que, se conseguirem, sejam concisos, em 15 minutos, o que ajudará o debate. Logicamente, haverá oportunidade posteriormente também para responder a perguntas. Então, até para dar oportunidade de participação, eu pediria, se possível, que fiquem restritos aos 15 minutos.

Com a palavra o Secretário Sérgio Xavier.

O SR. SÉRGIO XAVIER - Bom dia. Eu queria cumprimentar o Deputado Daniel Coelho, que propôs esta audiência pública, o Deputado Sílvio Costa Filho, o Deputado Ricardo Tripoli, presentes na CPI.

O SR. ZÉ MAURÍCIO - Um minutinho só, Sr. Sérgio Xavier.

O SR. SÉRGIO XAVIER - Pois não.

O SR. ZÉ MAURÍCIO - Eu só queria dizer que já pedimos várias vezes que abajassem o som. Eles abaxam e, daqui a pouco, aumentam novamente. Está havendo outro evento no plenário da Assembleia, mas vamos ficar o tempo todo pedindo para abaxar. Só peço a compreensão de todos, porque nós temos esse desconforto, infelizmente.



O SR. SÉRGIO XAVIER - Muito obrigado, Deputado Zé Maurício, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Esse é o espetáculo da democracia. Acho que isto é muito bom: debates acontecendo em todos os lugares.

Eu queria cumprimentar o George do Rego Barros e, na sua pessoa, cumprimentar toda a equipe do Parque Dois Irmãos, os tratadores, os técnicos, os veterinários, enfim, as pessoas que estão tentando reverter esse quadro que a Gabriela mostrou. Realmente, o zoológico tem mais de 76 anos, então, é de outro padrão, de outro tempo. Estamos correndo para resolver isso com muita velocidade.

Eu vou falar rapidamente sobre alguns pontos que a Gabriela falou, mas queria já cumprimentá-la e cumprimentar todas as pessoas do movimento. A apresentação que ela fez demonstra que o movimento realmente está preocupado em apresentar soluções, apresentar ideias. A apresentação não foi só uma crítica pela crítica, foi uma crítica fundada em conceitos, em visão científica, em pilares, em princípios com os quais nós concordamos também.

Eu acho que o diálogo, Gabriela, pode ser intensificado a partir de agora, porque ficou muito claro que o que vocês estão defendendo é exatamente o que também queremos. Mas uma coisa é ter o conceito, ter o desejo, ter a vontade, ter a ideia, e outra coisa é vencer as burocracias, as dificuldades técnicas, as questões orçamentárias, as incompreensões, uma série de coisas. Inclusive, estamos tendo dificuldade redobrada neste momento de crise financeira.

Depois eu vou falar um pouco sobre a questão dos orçamentos, essas dúvidas que ela tem. Podemos esclarecer isso de forma muito profunda, porque todos os processos que estão sendo feitos no parque são acompanhados de perto pelo Ministério Público e por vocês próprios, os movimentos. E todos são processos transparentes, licitações feitas de maneira rigorosa.

Em relação aos banheiros, por exemplo, não é a mesma coisa construir um banheiro dentro de Unidade de Conservação e construí-lo em lugar normal. Existem questões específicas e técnicas que encarecem a obra, mas tudo está disponível para consulta dos Deputados, da Assembleia e de todos vocês.

Eu queria cumprimentar o Promotor André Felipe Menezes e, por seu intermédio, também o Ministério Público do Estado de Pernambuco, que tem sido extremamente crítico. Eu acho muito bom que o Promotor André Felipe e todos nós



estejamos aqui dialogando, porque acredito que, nesse processo de diálogo, de conversa, de troca de informações, é que aparecem as soluções mais rápidas. Nos últimos tempos, nós temos tido essa dificuldade de ter um diálogo mais permanente, talvez por falta de oportunidade.

Por isso foi importante, Deputado Daniel Coelho, esta audiência pública aqui, para que fique claro que há problemas. O próprio George mostrou questões complexas, mostrou que nós estamos enfrentando desafios. Mas nós temos um rumo, nós temos um projeto, nós temos uma decisão, que foi tomada após discussão com técnicos de todas as áreas — inclusive a Universidade Federal Rural participou desse processo —, para definir qual seria o caminho do Parque Dois Irmãos.

Havia gente que defendia que o zoológico deveria ser fechado, que ele deveria ser reduzido, que deveria agir de outra maneira. Enfim, havia mil ideias. Nós tivemos que afunilar essa discussão para um projeto, observando o que há de melhor no mundo.

Então, os conceitos, os princípios que estão sendo usados são os princípios dos melhores zoológicos do mundo. Eu já visitei vários zoológicos, antes até de ser Secretário de Meio Ambiente, na Inglaterra, na Alemanha, na Argentina, em vários lugares e sei o que é um zoológico de Primeiro Mundo.

Mas um zoológico de Primeiro Mundo exige políticas integradas para conservação. Não se trata só de ter o animal em cativeiro, mas também de promover a integração com a vida real, de tentar recuperar os habitats naturais daqueles animais, para que se possa, depois, devolvê-los à natureza. E isso exige políticas integradas.

Pernambuco, como todos sabem, começou efetivamente a implantar políticas públicas de forma sistêmica e integrada a partir de 2011, com a criação da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, pelo Governador Eduardo Campos.

Nesse período, criamos a Secretaria, fizemos uma série de discussões em relação ao Parque Dois Irmãos e em relação às Unidades de Conservação, mas ainda estamos em processo de transição. Encontram-se coisas muito boas, que estão sendo feitas, e coisas ainda muito ruins, que são do passado e que temos que enfrentar. No zoológico, a qualquer momento, podem-se encontrar coisas bacanas,



interessantes, bonitas, como algumas ações em educação ambiental, de que o George falou, e muita dedicação dos profissionais, mas ainda se encontra muita coisa que não deu para ser resolvida.

Por isso, eu queria sugerir, como proposta imediata, que criássemos uma espécie de conselho de acompanhamento desse trabalho, um conselho de acompanhamento das obras de forma transparente, dentro dessa roda de conversa que o zoológico já criou, para que essas entidades participassem efetivamente do processo, para que não houvesse necessidade de fazer só uma audiência pública, de vez em quando, mas houvesse um processo permanente, com reuniões ordinárias, onde essas ideias todas que Gabriela traz fossem colocadas e respondidas, uma a uma, tecnicamente pelos nossos profissionais. *“Por que o poste está daquele jeito? Por que a câmara está daquele jeito? Por que a grade continua daquele jeito?”*

Não sei se algumas coisas que Gabriela mostrou — como ela disse, são de 2 ou 3 semanas atrás — já não foram resolvidas. Muita coisa está sendo resolvida, estamos correndo contra o tempo para que as obras sejam concluídas rapidamente.

Quero deixar claro, Gabriela, que nós estamos começando as obras do hospital veterinário, todas essas obras que foram apresentadas por George, mas, em paralelo, estamos terminando os projetos executivos, cujas imagens ilustrativas foram mostradas pelo George, e vamos começar imediatamente sua implementação com parcerias, como foi feito com o serpentário. Os recintos mais urgentes, mais críticos, como os dos felinos, por exemplo, vão ser os primeiros. Nós vamos convidar as empresas e fazer parcerias, para que esses processos sejam realizados rapidamente.

Aquele orçamento de 40 milhões é uma estimativa. Sabe-se direito qual é o orçamento depois que se fazem licitação, termo de referência, estudos e se levantam informações. Esses dados foram colocados lá atrás, no começo desta discussão e precisam ser atualizados. Eu acho que o Estado está tendo uma grande oportunidade para realmente fazer um zoológico de alto nível. Eu vejo a participação de vocês como algo muito positivo.

Para concluir, quero cumprimentar alguns presentes: o ex-Deputado João Coelho, o Deputado Edilson Silva, a Vereadora Isabella de Roldão e, enfim, todos



vocês, técnicos e colegas do Ministério. Estamos à disposição. Estão aqui nossos companheiros de Suape e da Agência Estadual de Meio Ambiente — CPRH, Simone Souza e Walber Santana. A CPRH tem papel fundamental nesse processo. Estamos conseguindo fazer essas obras por conta dos recursos de compensação ambiental que nós resgatamos via Câmara Técnica de Compensação Ambiental da CPRH, e é com esse valor que estamos triplicando a área do Parque Dois Irmãos.

Certamente nós vamos ter uma área de Mata Atlântica que é uma das mais expressivas em grandes centros urbanos do Brasil. Vamos sair de 384 hectares, que é a área atual, para cerca de 1.160 hectares. Isso é uma raridade dentro de grandes centros urbanos do nosso país. Não só estamos olhando para o zoológico, mas também para o entorno. E essa área vai ser importante para que algumas espécies, como o George disse, sejam estudadas, acompanhadas e monitoradas no próprio hábitat natural da Mata Atlântica.

Eu não quero me prolongar muito, até para compensar o tempo, em atendimento à recomendação do Deputado Daniel Coelho. Acho que é importante ouvirmos também as pessoas que estão presentes, ouvirmos outras opiniões, conhecermos outras visões. Mas eu quero dizer claramente que nós precisamos transformar esse debate em soluções, trazer as sugestões críticas em decisões que resolverão o problema.

A Secretaria, a gestão do Parque, a CPRH, todos nós estamos à disposição. Já surgiu, Gabriela, a ideia de criação de um conselho de acompanhamento das obras e do projeto do parque, para que haja um canal direto e permanente, para que cada crítica dessa, como uma foto que tirada num dia, já seja entregue imediatamente, para tomarmos providências.

Para muita coisa, se fizermos dessa maneira, com certeza os resultados vão ser mais rápidos. E, também, as dificuldades vão ficar mais visíveis, porque há coisas que nós queremos fazer, mas demora. A licitação, por exemplo, demorou, não foi fácil. Não é fácil encontrar empresas que entendam de zoológico. Então, não é coisa simples fazer licitação de recintos de zoológicos.

Mas, quando o Ministério Público, a sociedade e os movimentos a acompanham num conselho, sabendo de cada passo — por que os banheiros custaram tanto; por que a obra custou tanto; como foi feita a licitação; quais são os



termos de referência —, vê, revisa, discute, na hora em que há essa transparência, conseguimos duas coisas importantes: a primeira é a sociedade interferir, ajudar, apressar e corrigir erros da gestão pública, e a segunda é a sociedade entender também a complexidade da gestão pública, que não é coisa simples. Inclusive, esta Casa Legislativa tem um papel fundamental, que é o de buscar a desburocratização de processos.

Eu falava com o Deputado Ricardo Tripoli há pouco, e ele se lembrou de um projeto que encaminhou à Câmara Federal e que trata do licenciamento ambiental, um problema sério do nosso País, que precisa crescer, precisa melhorar sua economia, mas, ao mesmo tempo, precisa fazer isso com segurança jurídica, com respeito ao meio ambiente. Do jeito em que a legislação está hoje, há muitas dificuldades.

Estamos fazendo isso em Pernambuco e, muitas vezes, há incompreensão. Nesta semana, tivemos aqui uma discussão, uma polêmica sobre alguns ajustes na lei estadual de florestas, para evitar que pequenos projetos tenham que cumprir uma burocracia gigantesca, que é o EIA/RIMA, Deputado. A lei estadual exigia que um trabalhador rural, um proprietário rural, um agricultor familiar que quisesse fazer uma pontezinha num riacho fizesse o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental — EIA/RIMA, apresentasse isso, tivesse uma licença, apresentasse um projeto de lei à Assembleia, para que fosse aprovada. Achamos que isso é irreal.

A notícia que saiu foi a de que o Governo queria acabar com o EIA/RIMA, que não iria mais haver isso, e não é nada disso. Pelo contrário, estamos regulando a lei, para que seja viável o cumprimento pelo pequeno e para que os grandes continuem cumprindo os rigores do EIA/RIMA, etc. Eu estou dando só um exemplo dos desafios que temos que enfrentar.

Quero, mais uma vez, parabenizar todos vocês por este debate. Nós estamos abertos, não só para debater mas também para leva-lo à solução concreta, criando o conselho de acompanhamento das obras do parque, para que nada disso que Gabriela disse aqui fique no ar e para que possamos fazer o encaminhamento de maneira concreta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Obrigado, Secretário Sérgio Xavier.

Eu passo a palavra ao Dr. André, representante do Ministério Público.

O SR. ANDRÉ FELIPE BARBOSA DE MENEZES - Boa tarde a todas e a todos que aqui se encontram.

Quero trazer a saudação do Ministério Público, sobretudo do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, Dr. Carlos Guerra. Quero saudar a todos os integrantes da Mesa, na pessoa do Deputado Zé Maurício, que preside a Comissão do Meio Ambiente.

Faço uma saudação especial ao Deputado Daniel Coelho, que traz esta iniciativa a Pernambuco, na verdade, continuando um trabalho brilhante que já desenvolvia aqui quando exercia suas funções no âmbito estadual.

Quero fazer uma saudação a todos os presentes também, na pessoa de duas lutadoras cujo reconhecimento deve ser sempre lembrado: Goretti Queiroz e Marta Dubeux. Assim como todos os defensores de animais merecem esta saudação especial, eu escolho essas duas, neste momento, porque têm representado a incansável luta nesta área.

Não me demorarei. Trago apenas a justificativa de que o Dr. Ricardo Coelho, Promotor do Meio Ambiente de Recife, estaria aqui. Eu também fui convidado, mas parece-me que houve alguma falha na comunicação de Brasília, e o ofício não chegou a ele. Talvez, ele não tenha se sentido formalmente convidado e disse: *“Não, André, você vai. Você me representa”*. Quem sou eu para representar Ricardo Coelho? Mas tentarei me esforçar.

Trago algumas informações do âmbito do Ministério Público que talvez sejam importantes e não possam deixar de ser ditas. Antes de qualquer coisa, há uma frase que eu gostaria de destacar e que sintetiza, talvez, a maior antítese ou a maior tensão existente quando se fala em jardim zoológico. Um comentário diz o seguinte:

“Um zoológico pode melhorar as condições de exposição, substituindo as barras das grades por fossos, aumentando os recintos, praticando o enriquecimento ambiental ou tomando outras medidas. Isso causará uma melhor impressão aos visitantes. Mas, para os animais, o



problema vai ser o mesmo. Continuarão expostos ao público, sem possibilidade de expressar grande parte de seus comportamentos naturais.”

Essa frase é emblemática, porque, em si mesma, traz duas posições opostas. A primeira é a de manter os zoológicos incrementando as melhorias necessárias. E a segunda é a sua antítese: acabar com a exposição dos animais ao público. Essas duas posições são aparentemente irreconciliáveis. Mas, assim como em todas as áreas da ciência, nós não podemos ter progressos sem saltos. Os saltos qualitativos demandam certa quantidade de tempo. E parece-me que, pelo menos hoje, nós testemunhamos um despertar quanto ao tema.

É indiscutível que o jardim zoológico funciona como um espaço educacional não formal, com importante função socioambiental. Existe uma responsabilidade social, neste contexto, para a formação de cidadãos conscientes, participativos e críticos com relação à defesa animal, para a conservação de espécies nativas. Não estou falando sobre o Horto de Dois Irmãos, o Parque Dois Irmãos, especificamente. A concepção que se tem tido ultimamente de zoológico tem sido a de um centro até de recuperação e abrigo de animais silvestres, sejam apreendidos em face de um cativeiro ilegal, apreensão por órgãos ambientais, sejam até encaminhados pela comunidade e que se encontram debilitados, feridos, órfãos, abandonados, negligenciados.

A visita pública, de fato, pode ser vista de forma antagônica, mas parece-me que ela tem uma função tanto de lazer, de entretenimento, desde que seja exercida com responsabilidade, mas também uma função até de educação para a comunidade, para as escolas, tendo em vista que os professores podem fazer reforço, em aulas práticas, dos conteúdos ministrados em teoria nas salas de aula. O aluno pode perceber, sobretudo a criança e o jovem, o porquê de os animais estarem em cativeiro; a importância da conservação das espécies; as consequências da ação antrópica no meio ambiente; o que o homem pode causar com sua mão, para o bem ou para o mal; a classificação dos animais, a taxonomia; as características, os hábitos, a alimentação. Isso tudo é importante para formar o ser humano.



No entanto, problemas existem. Os espaços, às vezes, são insuficientes. Nós vimos aqui uma exposição bem apropriada sobre as neuroses de cativo, a depressão, o *stress* por falta de exercício, comportamentos repetitivos e obsessivos, sem falar em alguns casos registrados de maus-tratos. Isso tudo ocorre porque me parece que o tema tem sido relegado a plano secundário no contexto das prioridades da gestão pública. Não falo do Estado de Pernambuco, em específico, mas do Brasil inteiro. Parece-me que tem havido um despertar para a defesa animal, mas ainda é pouco, ele ainda é tímido, diante do passivo que nós temos atrás.

Às vezes, infelizmente, há relatos, no âmbito nacional, de Promotores do Meio Ambiente de ligações de zoológicos, ligações clandestinas, com circos e até com tráfico de animais. Aqui não tivemos notícia até então, até porque os circos têm sido, já há muito tempo, proibidos de utilizar animais nos espetáculos circenses, mas parece-me que uma das maiores causas de embate é a deficiência na fiscalização das ações do público, como alimentar os animais e jogar lixo nas jaulas. Mas partamos, neste momento, de algo que vem antes de qualquer discussão: a concepção adequada em si do zoológico. O que é? O que deve ser um zoológico? Qual vai ser a sua função de estar no mundo?

Parece-me que nós estamos discutindo aqui uma possível visão estrábica da verdadeira função adequada, da função socioambiental, do que seja o zoológico.

Por fim, no contexto do Ministério Público, nós recebemos formalmente a denúncia que envolve o Parque Dois Irmãos. Foi instaurado um inquérito civil que teve sua tramitação regular e já culminou com o ajuizamento de uma ação civil pública pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente.

Nesse contexto, o Dr. Ricardo Coelho está à frente do inquérito civil, que virou uma ação judicial. Antes mesmo do ajuizamento, parece-me que o Estado tem tomado algumas medidas que implicaram melhorias visíveis. Mas, em suma, ainda existe muita estrada para caminhar.

Aqui deixo somente um panorama do contexto. Podemos seguir com os debates, para não me demorar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Obrigado, Dr. André.
(Pausa.)

Agora, teoricamente, a palavra iria para o Relator da CPI, Deputado Ricardo Tripoli, mas o Deputado Silvio Costa anteriormente solicitou fazer o uso da palavra, com a concordância do Deputado Tripoli.

Eu concedo a palavra ao Líder da Oposição na Assembleia, Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA FILHO - Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Primeiro, quero, saudar o Deputado e ex-companheiro desta Casa, o Deputado Daniel Coelho, que teve a bela iniciativa de promover este debate na Assembleia Legislativa.

Quero saudar o nosso Deputado Federal Ricardo Tripoli, que é uma referência, sobretudo na causa do meio ambiente, na causa animal. Não é à toa que os paulistas lhe deram um reconhecimento de mais de 200 mil eleitores que acreditaram na sua história, na sua biografia, no seu mandato. Tenha a certeza que eu não vou me alongar muito falando dos seus predicados, até porque todos nós conhecemos sua história de luta.

Quero saudar a Gabriela Leite, a Marta Dubeux e a Goretti Queiroz, por meio de quem saúdo a todas as entidades presentes, a todos que dedicam parte da sua vida à causa animal.

Quero saudar a brilhante e competente Deputada, ou melhor, Vereadora Isabella de Roldão. Já estou falando em Deputada porque tenho certeza de que será seu próximo passo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Olhe que o PDT está dizendo que ela vai ser Prefeita, ouviu? (Risos.)

O SR. SILVIO COSTA FILHO - Prefeita. É um grande nome. É um grande nome. (Risos.)

Quero saudar o Secretário Sérgio Xavier. Quero saudar, Sr. Presidente Daniel, a todos da Mesa. Serei muito breve.

Em primeiro lugar, Secretário Sérgio Xavier, eu acho que este debate da causa que nós estamos discutindo deve ser um debate suprapartidário, deve ser um debate independente de coloração política, independente de governo e oposição.



Deve ser um debate da sociedade. Eu acho que há um déficit de diálogo das Casas Legislativas do País no tema do bem-estar animal, que é, sem dúvida alguma, o tema que está entrando na agenda da cidadania brasileira.

Eu digo sempre que a Câmara do Recife, a Assembleia Legislativa, tem discutido um tema tão importante que percebemos muita gente querendo contribuir, mas muitas vezes não encontramos os canais de diálogo para poder debater esse tema de forma permanente.

Eu tenho desenhado aqui na Casa — isso temos construído com o Deputado Zé Maurício, que tem feito um trabalho importante à frente da Comissão de Meio Ambiente — um meio de nós podermos propor, Secretário Sérgio Xavier, a criação de um conselho estadual do bem-estar animal. Que esse projeto passe a ser lei e que de fato este processo de debate aconteça de forma permanente aqui no Estado de Pernambuco.

Nós sabemos que há o CONFEMA, que dialoga a situação do meio ambiente no Estado. Mas, na hora em que se cria esse conselho do bem-estar animal, eu não tenho dúvidas de que as entidades e o próprio Governo, de forma permanente, podem discutir a situação do bem-estar animal aqui no Estado. Então, é um projeto que vamos encaminhar ao Governo do Estado.

E nós queríamos, Secretário, poder contar com o apoio de V.Exa., porque é uma forma de a sociedade poder ter vez e voz e, junto com o Governo do Estado, construir uma pauta permanente para essa área.

Em segundo lugar, é importante registrar que nós não estamos falando de um governo que se iniciou agora. Este é um governo que está indo para o seu nono ano de gestão. Quando pegamos os investimentos feitos nos últimos 9 anos em Pernambuco, sobretudo no Horto Dois Irmãos, vemos que o valor foi muito aquém da necessidade do Horto, que exige tudo aquilo que foi apontado por Gabriela e pela própria sociedade.

Este ano, por exemplo — quero saudar o ex-Deputado João Coelho —, o Estado está gastando quase 100 milhões de reais na Arena Pernambuco para manter aquela estrutura física. Observamos que há uma dificuldade, desde 2010, para se formatar uma licitação na ordem de 9 milhões de reais. Isso é o que o Governo gasta com áreas meio; é o que o Governo gastou agora há pouco com a



compra de centrais móveis para o DETRAN. Ou seja, eu acho que há uma inversão de valores do ponto de vista de uma política estadual.

E acho, Secretário, que V.Exa. contará sempre com o apoio desta Casa. Mas é muito importante que isso passe a ser uma prioridade nossa.

Em terceiro lugar, eu queria fazer uma sugestão, Deputado Zé Maurício. Que a partir de hoje nós possamos criar uma Subcomissão na Comissão de Meio Ambiente, formada com a sociedade civil organizada e Deputados Estaduais, e que nós possamos acompanhar de forma permanente a execução das obras e das ações que estão sendo implantadas e que vão ser implementadas no Horto Dois Irmãos, envolvendo o Ministério Público Estadual, envolvendo a sociedade.

Sobre a quarta proposta eu tenho uma interrogação. Eu fico analisando historicamente, Deputado Daniel Coelho, os Governos, e não só o Governo do PSB, mas o próprio Governo do ex-Governador Jarbas Vasconcelos, todos os Governos, os altos custos e altos investimentos com gastos em publicidade: publicidade mostrando que foi feita uma estrada; publicidade mostrando que foi reformada uma escola; publicidade mostrando que foi feito um investimento, por exemplo, em alguma rodovia.

Mas há algo que eu nunca observei, e acho, Secretário, que isso poderia entrar na ordem do dia do Governo do Estado. É preciso fazer uma campanha educativa em defesa da causa animal. Eu nunca vi uma campanha, nem da Prefeitura do Recife, nem do Governo do Estado, Dra. Marta, educativa à sociedade. Precisamos de uma campanha nas escolas e na própria televisão (*palmas*), porque muitas vezes, Deputado Tripoli, vemos as pessoas que lutam por esta causa com muita dificuldade de conseguir construir uma matéria numa rádio, construir uma matéria numa televisão. Às vezes há uma dificuldade muito grande.

Hoje há o poder das redes sociais, mas acho que seria muito importante, quem sabe para 2016, o Governo de Pernambuco desenhar uma campanha educativa de orientação à sociedade: como a sociedade deve tratar os animais; se encontrar algum problema, o que deve fazer, a quem deve procurar, a quem deve recorrer. Eu acho que há uma carência de diálogo com o Governo do Estado. Eu acho que a sociedade precisa debater este tema de forma permanente.



Quero me colocar, Deputado Daniel Coelho, que sempre atuou nesta causa, à disposição. Que nós possamos construir uma pauta conjunta, independente da coloração partidária, porque acho que, ao final, todos nós estamos aqui para poder ajudar a construir uma pauta mais justa, sobretudo na busca do bem-estar animal. Eu acho que isso é o que todos nós desejamos.

E seja sempre, Deputado Tripoli, bem-vindo aqui à Assembleia Legislativa. É muito bom esta Casa receber um quadro como V.Exa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Obrigado, Deputado Silvio Costa.

Concedo a palavra ao Relator da CPI, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Bom dia a todos.

Eu queria inicialmente cumprimentar o estimado Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Zé Maurício, da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Nobre Deputado Sílvio Costa Filho, tenho lá como meu amigo o senhor seu pai, e já vou adverti-lo que tome muito cuidado, porque, com seu desempenho, com seu talento, já, já V.Exa. ocupará um grande cargo na República brasileira, demonstrado o seu talento. V.Exa. é vocacionado pelo que faz, e muito bem-vindo à causa da defesa animal. Fico muito feliz em vê-lo divulgando as questões aqui relacionadas à causa.

Ao Deputado João Coelho, esse grande estimulador do meu amigo Deputado Daniel, digo que tem sido uma pessoa que tem olhos para Pernambuco, para Recife, e tem demonstrado, ao longo dos anos, em algumas visitas que fez a Brasília, o quanto gosta e o quanto quer a sua cidade e o seu Estado. Então, ficam aqui as minhas homenagens ao trabalho que já teve não só como Deputado, mas também como cidadão que demonstra grande apego às causas aqui do Estado de Pernambuco.

A Vereadora Isabella de Roldão faz do seu mandato a causa animal, o que para nós é um grande orgulho, uma grande honra. Eu digo isso porque já fui Vereador, já fui Deputado Estadual. Eu me sinto muito honrado em estar aqui na Assembleia Legislativa com a presença de Deputados Estaduais e da Vereadora, que faz da sua trincheira a defesa daqueles inocentes que não têm muitas vezes a



quem reclamar. Então, faço a minha saudação aqui a V.Exa., nobre Vereadora Isabella de Roldão.

A chegada do Deputado Daniel Coelho a Brasília foi interessante, porque não nos conhecíamos, mas ouvi seus primeiros pronunciamentos não só sobre a área específica de meio ambiente, da qual ele participa hoje. Nós só temos duas Comissões Mistas no Congresso Nacional, Câmara e Senado: uma é de finanças e orçamento e a outra é de mudanças climáticas, da qual o Deputado Daniel foi convidado a participar. É uma disputa enorme, porque são poucos membros que participam dessa Comissão. E uma das causas que ele defendeu lá foi exatamente a transposição do Rio São Francisco, que é uma causa muito nobre para todos os brasileiros, não só para aqueles que vivem no Norte e no Nordeste, mas para os brasileiros de todas as Regiões. Ele tem-se empenhado muito nessa questão.

Na Comissão do Meio Ambiente, não se diga o talento, a competência, a maneira carismática com que o Deputado Daniel defende as questões aqui da sua cidade e do seu Estado.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os maus-tratos a animais, ele tem sido um grande indutor de políticas públicas voltadas para a proteção animal. Isso enriqueceu muito o trabalho e fez com que obviamente eu viesse aqui homenageá-lo e, na figura dele, a todos vocês, porque isso não é muito comum. Há um preconceito muito grande com a questão animal no Congresso Nacional, e não é qualquer Parlamentar que se encoraja a defender essa questão, porque ouvimos a todo instante que nós cuidamos de coisa de menor importância. O Deputado Daniel tem sido muito questionado quanto a isso. Mas eu vejo o engrandecimento dele aqui no Estado, pela participação, pelo carinho, pela dedicação que ele tem para com os nossos animais. Então, sintam-se aqui homenageados, meu caro amigo e proponente desta audiência sobre o Parque Estadual Dois Irmãos.

Cumprimento o Dr. Sérgio Xavier pelo seu trabalho, ele que é Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, já foi membro do Partido Verde e hoje está na Rede. Eu sei da dificuldade que ele enfrenta, porque já fui Secretário de Meio Ambiente do meu Estado.

Cumprimento o Dr. George do Rêgo Barros, Gerente-Executivo do Parque Estadual Dois Irmãos.



Cumprimento o Promotor de Justiça, Dr. André Felipe. O Ministério Público tem sido um grande parceiro nas questões ambientais, principalmente na proteção aos animais.

As pessoas também veem os promotores que lidam com a questão animal como alguém de menor importância, o que não é verdade. Diga-se de passagem, esse é um grande tema a ser discutido não só no Brasil, mas no mundo inteiro. O Príncipe Charles, da Inglaterra, por exemplo, é um grande defensor da questão ambiental e estimulador da defesa dos nossos animais. A Fundação Brigitte Bardot, na França, também é uma grande estimuladora dessa questão. E o Brasil está começando a perceber isso e começando a se aproximar principalmente dos animais domésticos, o que faz com que nós cuidemos dos demais animais que existem no nosso planeta.

Portanto, parabéns, Dr. André Felipe, pelo trabalho.

Cumprimento a Gabriela Leite, que fez aqui uma brilhante exposição. Trata-se de uma jovem atenta aos movimentos ambientais, atenta à preocupação com os nossos animais no que diz respeito à questão do zoológico de Recife. E a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito está exatamente voltada para essa questão.

Cumprimento a Dra. Adriana Alves, da OAB de Alagoas e defensora e protetora dos animais, que está aqui nesta audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Cumprimento todas as protetoras, algumas das quais eu conheço e estou vendo aqui, pois já tivemos o privilégio de estar juntos em vários eventos de proteção aos animais. Por isso, para mim, é um grande orgulho e uma grande honra estar aqui.

Quando iniciamos a Comissão Parlamentar de Inquérito, nós a dividimos em três seções: a dos animais silvestres, a dos animais domésticos e a dos animais exóticos, boa parte dos quais está aqui no zoológico de Pernambuco. Dentro da nossa linha de trabalho, fomos verificar, nos vários Estados brasileiros, o que havia para se apurar em termos de irregularidades. No meu Estado de São Paulo, por exemplo, houve o caso do Instituto Royal, dos beagles. Vocês sabem que o Instituto Royal era uma entidade que todos tinham, até então, como científica e de pesquisa,



mas que, na verdade, era um holocausto de animais. Ali se matavam vários animais aos turbilhões, imaginando-se fazer pesquisa científica.

O Brasil é muito próspero em repetir pesquisas científicas. Mas o resultado disso nós já sabemos qual é: levam os animais a óbito, para poder identificar uma coisa que já foi identificada. O Brasil não apresenta avanços na proteção animal que diz respeito ao experimento científico.

Na telefonia, por exemplo, há 20 ou 30 anos, as pessoas adquiriam aparelhos telefônicos fixos e os incluíam na declaração de Imposto de Renda, porque geravam renda, podiam ser alugados. Hoje não há mais isso, hoje você tem um pequeno aparelho que, além de telefone, tira fotografia e é um computador. Daqui a alguns dias, o aparelho de telefone vai virar televisão, porque eu já vi notícias a respeito disso. Esse é um avanço tecnológico e científico que não prejudica a vida de ninguém.

Inclusive, já existem no mundo equipamentos que simulam cirurgias, tornando desnecessário levar um animal a óbito. Como é feito com seres humanos? Utilizam cadáveres. Por que, então, não utilizam cadáveres de animais para fazer pesquisa científica?

E o equívoco científico é mais gritante ainda. Quando se começou a realizar pesquisas científicas com primatas, com os macacos, foi identificado o tal medicamento chamado talidomida. Mas ao aplicá-lo em seres humanos, o que acabou acontecendo? Seres humanos nasceram sem pé, sem mão e defeituosos, porque houve um equívoco científico e se imaginava que um medicamento que servia para os animais também servia para os humanos. E quantos animais não foram mortos nessa pesquisa horrorosa, que gerou a perda de várias vidas de seres humanos?

Os animais são seres sencientes, como todos nós sabemos. Eles sentem dor, sentem frio, sentem carinho. E nós sabemos do grande apreço que existe hoje pelos domésticos no Brasil inteiro, principalmente cães e gatos, que são nossos grandes parceiros. Já os animais silvestres precisam viver no seu hábitat natural, sem estar relegados a prisões perpétuas, gaiolas, jaulas ou coisas do tipo. Hoje não há mais permissão da sociedade para que isso aconteça. Por exemplo, vários Estados brasileiros não permitem animais em circos.



Os circos que mais proporcionam emprego hoje no mundo e que mais são procurados são aqueles que não têm animais. O Cirque du Soleil, que é canadense, não utiliza animais. O Marcos Frota, que é um grande artista brasileiro, fez um circo sem animais, que é um dos que mais faturam no mundo. Nada tenho contra o ambiente circense, mas nós temos que estimular a figura do mágico, a figura do palhaço, a figura do malabarista, enfim, todos os atores que desenvolvem as suas atividades nos circos sem utilizar animais.

Em treinamentos de ursos, por exemplo, eles colocam o filhote numa pequena jaula, tocam uma música e ligam uma chapa como a de hambúrguer na sua pata, para que ele pule na hora em que a música tocar. As pessoas não sabem desse condicionamento, mas, a partir do momento em que se inicia a música, o urso já começa a pular porque está com medo de queimar a pata. E quem assiste ao espetáculo acha que o urso está dançando.

É uma condição muito degradante a que existe hoje no Brasil. Para que se tenha uma ideia da dimensão de como essas coisas ocorrem, infelizmente, pelo Código Civil Brasileiro, os animais ainda são tratados como coisas, ou seja, como se fossem uma bicicleta, um automóvel, uma bola. Precisamos acabar com isso.

Eu já fui contrário a animais em circo. Por exemplo, nós, junto com um Ministro do STJ, estamos mantendo em Brasília três animais que foram apreendidos naquele Le Cirque, entre eles, um rinoceronte que, segundo a avaliação de mercado, vale em torno de 1 milhão de reais, e um elefante que deve valer em torno de 500 mil reais. O ex-proprietário do Le Cirque entrou na Justiça, tentando rever os animais. E aí o que acontece? Ele disse que os levará a um santuário. Isso não é verdade, porque nós sabemos que esses animais já estão, em tese, vendidos para um circo no Uruguai. Na hora em que eles passarem pela fronteira, ninguém mais os pegará. Portanto, os animais estão sendo mantidos lá em Brasília a nosso pedido. O Ministro que está lidando com a questão tem segurado esses animais lá até que encontremos um santuário para eles.

Falando em santuários, no Brasil já existem alguns. A ElephantVoices, por exemplo, adquiriu uma grande área no Brasil. Aqui há cerca de 47 elefantes, tanto asiáticos como africanos. A ideia é que eles acabem indo para esse santuário.



No caso específico aqui de Pernambuco, Sr. Secretário, pelo que eu vi das apresentações, há uma preocupação enorme. Por exemplo, na região do serpentário havia lâmpadas. Eu acho que essa coisa de visita noturna, meu caro Gerente Executivo, não deveria ser permitida, pois o animal tem que ter um período de tranquilidade, de descanso.

Em São Paulo, nós estamos debatendo o chamado Aquário. Inventaram agora de importar dois ursos-polares, o que é um absurdo, pois eles estão vivendo num lugar de temperatura quente, com rochas pintadas de branco, como se fossem de gelo, com ar-condicionado, o que faz mal à mucosa. Nós trouxemos dos Estados Unidos alguns estudos que mostram que não é conveniente manter um animal desses confinado, porque ele habitualmente anda quilômetros de distância. Em São Paulo, confinados a um espaço de 400 metros quadrados, eles farão o que se viu aqui: exercícios repetitivos, já que não podem transpor aquele espaço e voltar à natureza.

Portanto, o ideal é exatamente isto: animais silvestres soltos e recolocados na natureza se foram apreendidos por um delinquente qualquer, um traficante, o que é muito comum.

Não sei se vocês sabem, mas o terceiro item mais rentável no mundo em termos de arrecadação ilícita são os animais silvestres — o primeiro são as armas e o segundo são os entorpecentes. Um filhote de arara-azul, como o que nós vimos na Alemanha, vale de 8 a 10 mil dólares. Vocês imaginem, portanto, o estímulo que existe para traficar esse tipo de animal no Brasil.

Algumas questões me preocupam, como as pesquisas que são feitas nos zoológicos aqui. Seria preciso verificar que tipo de pesquisa é feita e qual o seu objetivo: se ela é voltada para o animal ou se é voltada para o ser humano; se está a serviço de algum instituto de pesquisa realmente ou da indústria de fármacos. É muito comum utilizarem os nossos zoológicos para outros fins, o que espero que não ocorra aqui.

Quanto às cavernas para animais noturnos, também não se dá trégua para o animal, pelo que eu vi aqui. Ele precisa ter exatamente essa tranquilidade.

O Centro de Triagem de Animais Silvestres — CETAS também é um problema muito sério no Brasil. Não há um entendimento nesse sentido.



O Deputado Daniel Coelho fez o requerimento porque estava consubstanciado em denúncias muito graves. Um dos grandes protetores, que tem um santuário de primatas no Brasil, chamado GAP, do Pedro Ynterian, presidente desse instituto muito sério, faz uma recomendação. Eu vou até passar a lê-la aqui, para — quem sabe? — conseguirmos fazer uma negociação hoje e levar o chimpanzé que está aqui.

Segundo ele, o chimpanzé tem problemas de saúde graves. Isso é o que diz o texto, que vou passar a ler, porque seria importante. Existem animais que não vivem isolados, não vivem sozinhos, e o chimpanzé é de uma espécie que não vive sozinha. Ele não consegue, ele entra em depressão.

Vimos aqui os ursos pardos, por exemplo, naquele concreto e naquele tanque de água. Aquele não é um local adequado para o urso. Se o zoológico puder, obviamente, adaptar as condições... Provavelmente ele não tem mais condições de voltar ao habitat natural, porque está há muito tempo em cativeiro, mas que ele viva num local mais ou menos semelhante àquele em que viveria se estivesse numa floresta. É lógico que o local não teria a mesma dimensão, mas que houvesse uma adequação, e não um local onde ele ficasse ali... Imaginem seres humanos, nós, expostos durante 24 horas por dia num recinto daqueles, onde os animais poderiam nos observar. Seria uma coisa muito interessante. Quem assistiu ao filme *O Planeta dos Macacos* já deve ter percebido como é o ódio e a raiva que os animais guardam por conta da maneira como os humanos os tratam.

Então, o Pedro Ynterian enviou-me uma carta, a mim e ao Deputado Daniel Coelho. A preocupação do Deputado Daniel era exatamente esta: *“Tripoli, mas os animais vão sobreviver?”* Fazer uma reforma do zoológico é uma coisa; outra coisa é saber como ficará a vida desses animais no dia a dia e como será a alimentação, a nutrição, o comportamento, o fato de viverem sozinhos ou viverem em manada ou em grupos. Essa é uma questão muito grave.

Então, no caso do chimpanzé, leio a carta:

“Caros Deputados Ricardo Tripoli e Daniel, venho recorrer à ajuda para que possamos tirar um chimpanzé que se encontra há anos a fio isolado no zoológico Três Irmãos, em Recife. Esse zoológico já foi quase fechado



pelo IBAMA devido às condições precárias em que se encontram os animais.

Antes de entrar com uma ação judicial, gostaríamos de tentar um acordo com o zoológico, sem briga, se isso for possível. Se puder nos recomendar alguém da área política (...)” — o Daniel assumiu essa postura, por se tratar do Estado que ele representa — “que possa chegar ao Prefeito (...)” — ele citou o Prefeito, mas é ao Governador — “com o nosso pedido, acompanhado da Dra. Selma Mandruca, que é do Projeto GAP, para apresentar ao Governador, nos ajudaria muito.

Se o chimpanzé ficar mais tempo nessas condições, ele, com certeza, terminará morrendo.”

Então, eu deixo aqui um alerta, caso exista um santuário que possa acolhê-lo. Existem vários santuários no Brasil, como Rancho dos Gnomos, Mata Ciliar, GAP, que cuida dos grandes primatas e é uma entidade reconhecida. Enfim, há santuários, eu diria, para quase todos os tipos de animais: exóticos, silvestres e domésticos.

Nossa função aqui hoje é, precipuamente, apurar. Nós vimos os dois filmes: um mostra um estado do zoológico, e outro mostra outro estado do zoológico. Vamos fazer visitação pessoalmente. A meu ver, parece que, hoje, se trata mais de um depósito de animais do que de um zoológico. Eu espero que eu esteja enganado na minha avaliação, mas isso vai constar do nosso relatório, porque é uma obrigação nossa buscar, em todos os Estados brasileiros, de forma, eu diria, suprapartidária e de forma que possamos verificar — não importa o Estado governado por quem quer que seja — a proteção aos nossos animais. Esse é o grande tema desta nossa discussão aqui, e nós vamos buscar, de fato, isso.

Aproveito a presença do Secretário. Nós já conversamos um pouco, antes. A relatoria da questão do licenciamento ambiental preocupa-nos. Chegou a nós, na Comissão de Meio Ambiente, não à relatoria na CPI, a questão do desmatamento de 88 hectares para o chamado Parque Eólico, de Pernambuco. Acho que seria importante darmos uma olhada nisso. Se o senhor pudesse, depois, nos mandar



uma documentação sobre isso, anteciparia o pedido da Comissão de Meio Ambiente. O Deputado Daniel até solicitou que viesse a ele esse material.

Outra coisa, que não diz respeito ao Governo, mas à Prefeitura, é o Centro de Controle de Zoonoses. Há uma preocupação, no que diz respeito aos animais domésticos, em termos de vacinação, de erradicação da cinomose, da leishmaniose. Muitas vezes estão fazendo eutanásia dos animais sem necessidade. Muitas vezes, leva-se o animal a um local desses, imaginando que ele estará tranquilo.

Na CPI, nós vimos, outro dia, o depoimento de uma menina cujo animal de estimação que lhe foi tirado, dizendo-se que havia a confirmação da leishmaniose. Não aguardaram para fazer novo exame, para confirmação. O animal foi levado a óbito, e, 2 dias depois, chegou um requerimento dizendo que o animal não tinha leishmaniose. E a menina perdeu seu animal. Ela está inconformada, porque o animal já estava há 4 ou 5 anos com ela, e ela tinha paixão por ele; ela e a família inteira. Dela foi retirado esse animal. Não foi aqui, no Estado de Pernambuco, que ocorreu isso, foi em outro Estado, mas essas coisas ocorrem constantemente.

Nós temos que separar, no Centro de Controle de Zoonoses, a questão dos roedores, a questão das abelhas, a questão de outros tipos de endemia. Algo do tipo do DIAGDENGUE fica com o CCZ. Nós temos que ter hospitais públicos de cães e gatos, para começar um processo de readaptação da questão animal.

Eu espero que esta nossa visita possa trazer êxito às protetoras que eu vejo aqui, aos protetores que eu vejo aqui, aos Parlamentares que estão imbuídos na causa da defesa dos nossos animais, e que façamos, realmente, que nosso País tenha um pouco mais de sensibilidade com esses atores que são grandes partícipes, parceiros, amigos de todos os seres humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Obrigado, Deputado Tripoli.

Agora vamos à participação do público. Cinco pessoas inscreveram-se para participar do debate. Posteriormente, nós passaremos a palavra à Mesa, para que sejam respondidas as questões e sejam feitas as considerações finais.

Estão inscritos para falar a Sra. Goretti Queiroz; Taciana Cássia da Silva; Caio Sheidegger; João Neto e Douglas Lemos.

A primeira oradora é a Sra. Goretti.



Peço disciplina a cada um nos seus 3 minutos, para que consigamos dar as respostas adequadas. Os demais já podem, inclusive, se preparar também para fazer uso da palavra.

A SRA. GORETTI QUEIROZ - Boa tarde a todos.

Eu pediria permissão ao Deputado Daniel Coelho, Presidente desta reunião, para, inicialmente, cumprimentar o Deputado Federal Ricardo Tripoli, nosso ilustre visitante em Pernambuco, pessoa cujo trabalho acompanhamos há muitos anos na causa animal. A causa animal realmente agradece os vários avanços que tivemos.

Um desses avanços, Deputado, é exatamente o aumento das penas relativas aos maus-tratos. Sabemos também que ainda é muito pouco para o que nós queremos, porque uma pena de até 4 anos ainda não entra nos critérios que consideramos ideais para o malfeitor ser julgado e preso como deve. Mas eu sei que o senhor fez um grande trabalho dentro daquela Casa, onde é tão difícil avançarmos em relação aos animais.

Cumprimentando o Deputado Federal, cumprimento o restante da Mesa.

E abordei algumas coisas aqui só para eu não me perder um pouco, mas prometo que, realmente, não vou me demorar muito.

Deputado Tripoli, tivemos a oportunidade de dizer, na Comissão de Meio Ambiente, da Câmara dos Deputados, em Brasília, exatamente que os maus-tratos aos animais são praticados, principalmente, dentro do próprio Estado. O poder público é o primeiro a promover os maus-tratos!

Vemos que a lei já não é cumprida por quem deveria ser seu principal cumpridor, que é o poder público. Vemos isso nos Centros de Vigilância Ambiental, que é um dos principais nortes da CPI.

Tivemos oportunidade de estar em Brasília no dia da instituição desta CPI, e apontamos isso, obviamente. As Prefeituras, aliás, os Municípios e os Estados, são participantes. Não é só aquele cidadão que, na rua, mata o cachorro, que o maltrata, que faz e acontece, que o deixa preso, que entra no art. 32 da Lei 9.605, de 1998, não. São as Prefeituras! É o Estado!

Então, não é só aquele cidadão que vai à rua, que mata o cachorro, que o maltrata, que faz e acontece, que o deixa preso, que entra lá no art. 32 da Lei nº 9.605, não, mas também as Prefeituras e o Estado. Então, como é que a gente vai



sair — isso aí também é uma pergunta —, como é que a gente vai sair dessa situação, Deputado?

A CPI está lutando hoje, no Brasil. Eu acompanho diariamente o trabalho da CPI em vários locais, como no caso do Araripe, aliás, Arari, cidade do Arari, no Pará, onde houve a matança de animais a cacetada, promovida pelo Prefeito. Nós temos o caso dos dromedários de Natal; nós temos o caso, como o senhor falou agora, do Instituto Royal; e tantos outros. Então, de que forma a gente pode realmente ter resultado desta CPI para essas situações assim tão óbvias e dificultadas, principalmente pelo poder público também. Entendeu, Deputado Sílvio?

Então, além disso, eu gostaria de dizer também que a gente tem uma situação — é só um exemplo, Deputado Daniel Coelho — de como a lei realmente não é cumprida pelo próprio Estado. Nós temos uma lei do Deputado Daniel Coelho — primeiro acho que como Vereador, não lembro o número da lei, e, depois, como Deputado Estadual — que proíbe animais silvestres em praças públicas. Essa lei nunca foi cumprida! Nós temos aqui atrás, Deputado Tripoli, o Parque 13 de Maio. É só atravessar a rua. E nós temos um verdadeiro horror de ver animais, macacos-prego, araras — era inclusive um casal de araras, e hoje, se eu não me engano, os biólogos podem informar melhor, porque eu não contei, parece que são onze, quinze ou vinte. Então, isso, no centro da cidade, passando por toda espécie de estresse. Pois aqui temos o quê? O barulho dos carros, da buzina, a poluição, pessoas passando e jogando comida. Um dia desses, o macaco Chico fugiu. As pessoas dão pirulito. Saem no jornal fotos das pessoas dando pirulito aos macacos. E a gente não consegue tirar esses animais do Parque 13 de Maio, Deputado Tripoli!

Recentemente, a Prefeitura, e mais uma vez eu espero... Tem algum representante da Prefeitura aqui? Acredito que não.

Uma coisa também estarrecedora é nós estarmos aqui com uma CPI de Maus-Tratos de Animais, e nós termos uma Secretaria de Direitos dos Animais da Prefeitura de Recife que não está aqui presente. O que é isso? O que é isso? (*Palmas.*) Então, onde está realmente o respeito às leis, inclusive a uma instituição importantíssima como esta que a gente tem a honra de receber aqui em Pernambuco, que é a CPI dos Maus-Tratos?



Recentemente, há uns 3 meses, a Prefeitura de Recife lançou uma portaria que diz: “Retiram-se os animais...” Depois de a Defesa Animal brigar, inclusive na imprensa, para que essa lei do Deputado Daniel Coelho fosse cumprida, sai uma portaria da Prefeitura de Recife dizendo: “Retiram-se todos os animais das praças do Recife, menos no 13 de maio”. Onde é que tem mais animais em praças? Alguém sabe? Onde é que tem animais em praças públicas? Só... não é isso, Promotor? A gente briga há muito tempo também com o Ministério Público para a gente conseguir resolver essa situação. Só tem animais silvestres na Praça 13 de Maio. A Prefeitura mandou tirar das outras praças.

Então, deixo aqui, mais uma vez, o lamento de não estarmos aqui com um representante da Prefeitura de Recife, de uma Secretaria, que deveria ser a primeira a estar aqui para defender os animais, sejam eles domésticos, sejam não domésticos, silvestres, exóticos, enfim, são animais. A gente está aqui para defender desde o cão ao tubarão da praia de Boa Viagem.

E, para encerrar, eu gostaria só de dar uma sugestão ao Secretário Sérgio Xavier: de a gente incluir no zoológico um conselho gestor, da mesma forma que conseguimos incluir, em 2011, no CVA de Recife, com a participação da sociedade, dos protetores, dos funcionários e da gestão. Então, acho que a questão da reunião... É óbvio você ter uma reunião mensal, e tal, mas o conselho gestor tem poder, tem o poder inclusive de participar mais ativamente dessa construção.

Eu acredito que há boa vontade. Eu acredito. Mas eu tenho muito medo também de uma palavra chamada contingenciamento, a palavra da moda. E normalmente, nessa história de contingenciamento, quem sofre primeiro são os bichos, são os animais. Eles são os primeiros a serem cortados de qualquer coisa. Então, eu confio nisso, entendeu? E vamos ver se a gente evolui, principalmente com essa sugestão que foi dada inclusive pela defensora Luciane, de a gente conseguir fazer um conselho gestor lá dentro do zoológico.

E a minha última pergunta é esta, Deputado Tripoli: de que forma, realmente, o relatório desta CPI pode mudar tudo isso que está sendo visto no Brasil inteiro?

Muito obrigado e desculpem-me se demorei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Muito obrigado, Goretti.

Convido a Sra. Taciana Cássia da Silva para fazer uso da palavra.



A SRA. TACIANA CÁSSIA DA SILVA - Acho que já é boa tarde. Eu sou Taciana, sou médica veterinária do Programa Adote um Vira-Lata e queria fazer alguns questionamentos aqui.

Eu ouvi o Secretário falar sobre burocracia e tal, a demora, mas não vi ninguém estabelecer um prazo e dizer: *“Até tal tempo vai estabelecer tal coisa”*. Então, fica tudo muito solto, tudo preso na chamada burocracia. E, na lei que foi aprovada ontem, escandalosa, do Governo, essa burocracia, que havia para preservar a mata, foi derrubada. E ele falou que é para os pequenos. Como, se a justificativa da lei está dizendo que é para facilitar a instalação dos parques eólicos? Só que, pelos dados da CPRH, só para os parques eólicos já foram desmatados 800 hectares, e ao todo, no Estado, foram mais de 5 mil hectares. Então, vai-se criar uma lei para facilitar mais ainda o desmatamento.

Outra coisa para a qual eu queria chamar a atenção — não vou me alongar mais — é para o fato de que lá fora o pessoal está ovacionado uma pessoa que quer mudar a lei para poder pescar em área de proteção! (*Palmas.*) Fora da estação, quer pescar em área de proteção. Então, vamos abrir o olho e não vamos deixar isso acontecer, não, está bem?

Muito obrigada pela palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Obrigado, Taciana. Você fez um comentário sobre essa tentativa de mudar a lei para pescar em área de proteção, e, para o azar de quem o tentou, o Relator da matéria fui eu. (*Palmas.*) Então, eu fiz um relatório contrário. É uma área que começa no Estado do Rio de Janeiro e vai até o Estado de São Paulo, uma área de proteção ambiental. E realmente, por uma briga pessoal, tentaram permitir a pesca na região. Mas eu fui o Relator a matéria. Nós já fizemos um parecer contrário, nós contamos com o apoio do Deputado Ricardo Tripoli e de toda a bancada que faz parte da Comissão de Meio Ambiente.

Talvez, com essa polarização que vive hoje o Brasil entre Governo e Oposição, a Comissão de Meio Ambiente é o único lugar onde isso ficou de fora. Lá, as pessoas já conhecem, não há partido político. Há os que são a favor do meio ambiente e os que são contra, os que são a favor dos animais e os que são contra. E a nossa bancada, dentro da Comissão, liderada sempre pelo Deputado Ricardo



Tripoli, é majoritária, a gente tem maioria dentro da Comissão. Então, a gente já conseguiu derrotar esse projeto de liberação da pesca, que era um absurdo realmente.

Ontem, a Câmara federal aprovou um PDC também sustando um decreto do Governo Federal que deixava de pagar o seguro-defeso, que era um benefício do pescador exatamente na época de reprodução, e liberava a pesca no período de reprodução. Ou seja, iria acabar com a reprodução natural das espécies em todos os rios, em todo o território nacional. Isso também foi aprovado ontem. Então, já que você tocou no tema, falo isso só a título de esclarecimento.

A gente fica até feliz quando vê que está havendo esse acompanhamento aqui a distância de ações que estão sendo feitas em até outros Estados. Mas realmente, para quem tem compromisso com o meio ambiente, não é uma coisa regional, não é só na nossa cidade, na nossa rua, na nossa casa, no nosso Estado. Quem tem compromisso com o tema entende inclusive que desequilíbrio ambiental lá embaixo no Rio de Janeiro termina surtindo efeito em nós aqui também.

Parabenizo a Taciana.

O próximo orador é o Caio Scheidegger. E peço desculpas ao Caio, pois, se puder esclarecer seu sobrenome, para constar da ata. Eu tive dificuldade aqui.

O SR. CAIO SCHEIDEGGER - Meu nome é Caio Scheidegger, sou advogado do Movimento Por um Novo Parque Dois Irmãos, estou aqui representando o Igor Moraes, que é o líder do movimento, que está em Belo Horizonte. Acho que ele ia ficar muito feliz, porque a apresentação dele foi até usada pelo zoológico. Foi ele quem fez os eslaides. Não sei se foi ele quem solicitou isso ou se foi permitido.

De outra forma também, eu queria criticar aqui que a Secretaria de Meio Ambiente está sendo confundida com a Secretaria de Desenvolvimento. Você fala em pensar no pequeno, mas, no PL 396, a justificativa foram as eólicas. Está escrito na justificativa do PL 396, que foi enviado para votação, que o problema são as eólicas, e é um investimento de 2 bilhões. O empreendedor esteve aqui, o Promotor André Felipe, e disse que eram 3 bilhões. Então, um pequeno empreendedor que investe 2 bilhões realmente tem que ser protegido pela Secretaria de Meio Ambiente.



Quero parabenizar o zoológico por estar nos ouvindo a ponto de usar a apresentação do próprio movimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Agradeço, Caio, a sua participação.

Com a palavra o João Neto.

O SR. JOÃO NETO - Boa tarde, Deputados, boa tarde, pessoal. O meu nome é João, sou estudante de Biologia, da Federal. No momento, tive que abandonar o curso por motivos pessoais. Mas eu vim aqui muito mais para fazer uma constatação e um comentário sobre a postura do zoológico diante do acontecido e do que já foi mostrado através do Movimento Por um Parque Dois Irmãos.

O zoológico falha miseravelmente em todos os aspectos que ele se propõe a defender.

Ele falha enquanto zoológico, quando ele vem até aqui, em uma audiência pública de uma CPI, falando que defende os conceitos de um zoológico moderno, quando, na verdade, toda a apresentação dele foi se orgulhar de manter os animais vivos, não vivos com condições de bem-estar, somente vivos, porque todas as coisas que o Secretário trouxe, que ele mostrou, nada mais foram do que demonstrações de: *“Olhem, pessoal, a subsistência dos animais está garantida”*.

Eles estão em um ambiente estressante? Estão. Eles estão sem condição de ter um enriquecimento ambiental que propicie a eles um modo de vida que evite, por exemplo, comportamentos estereotipados? Não, mas eles estão vivos. O zoológico está de parabéns por manter os animais vivos de fato, até porque é o mínimo que ele pode fazer, mas o zoológico tem que entender que, no momento, ele está falhando muito em vários aspectos.

Eu parabenizo realmente a postura de pensar em mudar os recintos, por exemplo, no serpentário. Eu parabenizo pelos movimentos terem sido chamados, quando houve a troca da gestão, isso é essencial para uma sociedade plural e democrática como a nossa. Mas eu gostaria realmente de dizer para pensarmos que os animais que estão no zoológico estão ali para serem conservados, e a conservação não é apenas criarmos um depósito de animais, deixá-los jogados lá e fazer o mínimo possível para eles continuarem vivos. A conservação consiste em levarmos os animais para um ambiente em que eles tenham o máximo possível de



possibilidades de exercer o seu papel como animais, de serem animais, de serem eles mesmos. E, nisso, o zoológico definitivamente não está conseguindo ser eficaz.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Obrigado, João.

Concedo a palavra ao Sr. Douglas Lemos.

O SR. DOUGLAS LEMOS - Boa tarde a todos. Sou Douglas Lemos, como já foi anunciado aí, Secretário-Geral do Sindicato dos Policiais Cíveis — SINPOL. E quero, em nome do sindicato, cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Daniel Coelho, e faço o cumprimento também a todos os demais em virtude do tempo, assim como saúdo os presentes.

Venho aqui para registrar também nesta tribuna e nesta audiência importante a preocupação dos policiais cíveis quanto à questão do meio ambiente. E temos certamente muitas considerações a fazer, mas naturalmente vamos nos ater àquelas questões que dizem respeito no sentido geral à Polícia Civil.

Nós temos uma delegacia especializada para tratar de crimes contra o meio ambiente, e agora há pouco, conversando com o delegado titular da delegacia, o Dr. Erivaldo Guerra, ele estava passando para mim, me atualizando com relação aos dados e às deficiências da delegacia, e me confirmou, por exemplo, a informação de que nós temos lá apenas duas viaturas, uma fardada e uma descaracterizada, para que três investigadores façam a investigação de todos os crimes ambientais cometidos no Estado de Pernambuco. E funciona somente de segunda a sexta, como foi registrado ali.

Nós temos também o barco efetivo, como já foi dito aqui, três investigadores, dois escrivães e um envio mensal de dez inquéritos, que é muito pouco diante da demanda. E eu perguntei a ele: *“Delegado, nós temos 50 registros aí de ocorrências?”* Ele disse: *“Só se for 50 mil, porque a gente tem questão de deságue nos mangues de produtos químicos oriundos das fábricas, nós temos invasões, nós temos que dar conta de queimadas criminosas que acontecem na Zona da Mata, nós temos que verificar a questão do desmatamento irregular no interior, nós temos que averiguar todas as denúncias de maus-tratos aos animais, que é algo sério, grave, deve ser combatido certamente”*.



Mas eu fico pensando — e precisamos refletir —, se num Estado em que uma ONG internacional vem aqui e constata que nós temos o pior sistema carcerário do Brasil, que aprisiona pessoas e faz de presídios calabouços, se seria diferente alguma coisa nesse sentido, se a preocupação fosse melhor com os animais.

É claro que nós temos aqui um esforço, a gente nota até pela apresentação e como foi reconhecido aqui pelos que me antecederam na fala, que existe uma preocupação da gestão da Secretaria do Meio Ambiente, na pessoa de Sérgio, de atender essas propostas, e do companheiro aqui George, que se esforça para dar conta da administração do parque.

Agora, eu sinto falta, Deputado Daniel Coelho, e queria registrar isso, porque é chamado quem reparte as migalhas, aliás, o farelo do pão. A gente deveria ter chamado aqui também os responsáveis por repartir o pão inteiro, que é o Secretário da Fazenda, o Sr. Márcio Stefanni, e o Secretário de Administração, Milton Coelho, que não estão aqui para dizer por que o Estado de Pernambuco investe tão pouco na proteção e defesa do meio ambiente.

E fica muito difícil administrar a escassez, porque em tempos, como foi ventilado aqui, de crise se consegue, também como já foi dito em outras falas, pagar 11 milhões de reais para uma obra que pouco ou nada serve a Pernambuco e ao seu povo.

É muito melhor, e eu quero registrar aqui, porque morei e moro, tenho domicílio eleitoral em Lagoa do Ouro, que é no interior de Pernambuco, no agreste, e, lá, nós temos, na fronteira com Alagoas, a Reserva Biológica Federal da Pedra Talhada. E, do lado de Pernambuco, é o lado mais castigado da reserva.

A gente vê claramente no mapa que, do lado de Alagoas, existe uma maior preservação, mas, do lado de Pernambuco, o Município em si não cuida, não tem a preocupação. Infelizmente, aquele ambiente, aquele resquício de Mata Atlântica, que tem 162 nascentes, abriga 22 espécies de aves em extinção da fauna brasileira, cerca de 10%, portanto. É um ambiente de preservação muito importante para o Agreste, e fica muito difícil, com uma delegacia desse tamanho, com uma Secretaria com poucos investimentos, como a gente vê, dar conta da demanda ambiental, que é uma demanda humana e planetária.



É preciso que, de fato, as autoridades todas, aqueles que têm o poder de administrar o cofre se lembrem de que, quando a gente cuida do bicho preguiça e da anta, lá no Parque Dois Irmãos — e, ao que parece, tem sido feito o maior esforço para que isso aconteça —, a gente está cuidando de animais que já foram retirados do seu hábitat natural e sequer deveriam estar lá, já estão por questões anteriores que certamente precisam ser repensadas.

Então, nós queremos registrar que a Polícia Civil de Pernambuco quer, sim, ajudar no combate aos crimes contra os animais e conseqüentemente contra o meio ambiente. Agora, nós precisamos de investimentos, nós não temos meio, nós não temos efetivo, não existe uma preocupação de fato por parte de quem gesta, de quem planeja o Estado, em atender essas demandas, que é uma demanda — quero registrar mais uma vez — do povo de Pernambuco.

Agradeço a oportunidade aqui e fico em parte satisfeito de ver o esforço da Secretaria em atender as demandas do horto de Dois Irmãos e quero inclusive parabenizar aqui a Gabriela, que trouxe esse debate muito importante, provocou isso, e que a gente provoque mesmo, enquanto sociedade civil organizada, enquanto entidade, e que a gente debata os temas, provoque as autoridades para que o despertar aconteça com a conscientização de que, defendendo o meio ambiente, nós estamos defendendo a própria vida humana.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Muito obrigado, Sr. Douglas. A gente fica feliz em perceber que o SINPOL, além de outros temas importantes para a segurança pública, tem também, na sua direção, a preocupação com os temas ambientais.

A última oradora inscrita, antes de passarmos para as respostas e para a Mesa, é a Sra. Ana Paula.

A SRA. ANA PAULA MONTEIRO DE CARVALHO GRASSO NUNES - Bom dia a todos e às autoridades presentes. Eu sou Ana Paula, sou enfermeira, fisioterapeuta e Secretária Estadual do Partido Verde, do PV Mulher. Por que eu quis falar? Sou uma frequentadora assídua do Zoológico e Jardim Botânico do Recife, compartilho em meu Facebook.



Em 2012, eu ainda nem era do PV. Nas minhas férias — eu sou funcionária pública, enfermeira do Estado, não tenho muito dinheiro —, eu aproveito para usufruir o que a minha cidade tem, o que o meu Estado tem e divulgo no Facebook, para motivar as pessoas também a visitarem.

E aí, quando fui ao zoológico, em 2012, eu vi muita tristeza nos animais, muito estresse. Todos eles andando para lá e para cá, nem notavam a nossa presença. Havia muitos lugares em que a gente se cortar. E aí eu fotografei, compartilhei, para ver se todo mundo se unia àquilo ali. Quando foi este ano, eu fui visitar o zoológico, e você vê que ainda há muitos habitats precisando de atenção, mas em alguns já dava para ver os animais interagindo.

Um exemplo foi o tigre. Eu presenciei um momento raro: ele tentando namorar a tigresa. Ele dando vários rugidos, ela lá na maior, e ele por trás. Aí ela deu um rugido, e ele saiu correndo, ficou lá no cantinho. E ela veio passeando. O tratador estava perto, ela colocou a cabecinha, e ele alisou a cabeça dela.

Na minha postagem de 2012, mostrei a tristeza do leão. É o meu signo, então eu sou apaixonada por leão. Ele estava triste no trono, com pouco mato, e postei: *“Olha como esse pobre está triste, está sozinho”*. E agora eu coloquei a foto dele lá: o rei. Então, a gente nota um pouquinho de comportamento diferente.

Quando eu fui conversar, em 2012, com o diretor do zoológico, eu não fui recebida, ele não tinha tempo. Agora fui sem dizer quem eu era, só disse que queria falar com ele. E aí ele disse para eu entrar. Eu entrei, e, quando ele me viu, disse: *“Anna!”* E aí eu comecei a conversar e disse: *“Que diferença!”*

Ele disse tudo que ainda tinha que fazer, a dificuldade financeira... Disse que conseguiu uma leoa para fazer par com o leão, mas não tinha dinheiro para trazê-la. Disse que aquele habitat das tartarugas foi feito através de doação — muita doação ele tem conseguido, quer dizer, mendigando. É um veterinário comprometido e toda a sua equipe também, o Valdomiro. E ele saiu dizendo muita coisa, dizendo o que precisava na parte física, o quanto de gasto com carne, com tudo. Então, é consciente.

A colega aqui falou da administração, da fazenda. Tem que ter um investimento, porque criticar é fácil; agora, ver os caminhos que tem para seguir...



Eu sou fã do trabalho dos protetores dos animais. O Delegado Eivaldo Guerra, desde a delegacia de Boa Viagem, faz um trabalho fantástico. Quando ele foi para a dos animais, eu disse: “*Os animais mereciam um pessoa dessas*”. É uma pessoa comprometida. Eu não sou protetora de animais, porque os protetores deixam de pagar as suas contas, para dar comida aos animais, é muito além do que nós que acarinhamos, que divulgamos a campanha. Vocês dão proteção. Vocês protegem e tiram de vocês mesmos para dar. Então, isso é que eu acho fantástico, isso é amor incondicional.

Então, eu gostaria de pedir também o compromisso da Secretaria de Fazenda e Administração para ver tudo de que o zoo precisa e como vai conseguir. Essa cuia que está passando para ajudar, que também o poder público ajude nisso aí, nas melhorias. Converse com quem está administrando e veja tudo o que ele sabe que tem que melhorar, porque é muita coisa. O relatório vai casar com muitas denúncias que são feitas, porque há a boa vontade, há a ciência do que é preciso, há o compromisso. Então, só este momento de a sociedade ser escutada, os protetores e as pessoas que entendem, todos vocês que têm uma causa, isso mostra que queremos crescer.

Então, eu estou muito feliz com este momento, porque, em 2012, eu me senti perdida, vendo tanto sofrimento. Eu me senti perdida. E, agora, eu vejo tanta gente vestindo a camisa e, principalmente, o meu amigo Eivaldo Guerra.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Agradeço à Sra. Anna Paula.

Para que possamos fazer as considerações finais e as respostas às perguntas feitas, eu passo a palavra, na mesma ordem que iniciamos, ao Sr. George.

O SR. GEORGE DO REGO BARROS - Quero dizer ao movimento que ficamos felizes, não somos adversários do movimento. Como eu disse, desde que chegamos e assumimos a gestão, em fevereiro, procuramos nos integrar aos movimentos e escutar da sociedade o que ela vê do parque para buscarmos as melhorias.



O começo da minha apresentação foi de algumas lâminas da apresentação de Ígor, que me autorizou a utilizá-las. Sim, foi ele que me passou a apresentação. Talvez você não saiba disso, mas quem me passou a apresentação foi o próprio Ígor. Ficamos feliz em poder usar esses dados. É importante que o movimento perceba isso e continue contribuindo.

A Gabriela fez uma observação importante sobre algo que eu não tinha verificado: tem uma tomada elétrica lá que está descoberta. Corre o risco de a cobra colocar a língua e levar um choque. É verdade! Mas se essa informação tivesse me chegado — e hoje eu vou resolver isso —, eu já teria resolvido. Então, é importante essa troca e que seja informado.

Como foi também falado aqui, a gestão do parque se preocupa em receber o cidadão, em ouvir o cidadão, em trocar essas informações, receber a crítica e tentar resolver, buscar os caminhos. O parque tem 76 anos, o zoológico é antigo, a estrutura física é antiga, é deficiente e não se vai resolver tão rápido, como nós todos queríamos. Eu também sou um ambientalista e não nasci gestor do parque. Estou lá desde fevereiro.

Então, esses problemas todos, muitos deles, são conhecidos por nossa equipe técnica. E a gente tem buscado...

É importante ouvir depoimento como o de Anna Paula e de outras pessoas que dizem: *“Realmente, tem alguma melhora”*. E tem essa melhora, porque temos buscado a melhora. É complexo, é grande, são muitas coisas e nem tudo o que queríamos já ter resolvido conseguimos nessa velocidade. Agora, é muito importante que as informações continuem chegando, que as críticas continuem chegando, que as interações continuem. E aí vamos construir a mudança juntos.

Como eu disse, a roda de conversa acontece e continuará acontecendo em toda última quinta-feira do mês, à tarde, e todos estão convidados. A Unidade já tem um conselho de gestor em funcionamento. As entidades que tiverem interesse em participar do Conselho de Gestor é só mandar um ofício ao Conselho Gestor da Unidade de Conservação do Parque Dois Irmãos. Aí o Conselho avalia essa participação.



Então, já existe o Conselho, não tem problema nenhum de participar. A roda de conversa acontece toda quinta-feira, e a gente quer essa participação. As informações são fundamentais para a gente continuar melhorando. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Obrigado, Sr. George do Rego Barros.

Passo a palavra agora, também pela ordem, à Sra. Gabriela Leite.

A SRA. GABRIELA GEHLEN LEITE - Eu gostaria de comentar a colocação de Goretti a respeito do problema dos animais que estão no 13 de Maio.

Infelizmente, aquela situação é muito complicada, porque, provavelmente, só vai-se resolver se a gente resolver primeiro o Parque Dois Irmãos. Por quê? Porque aqueles animais não animais excedentes. O que isso significa? Os zoológicos, de forma geral, já possuem esses animais em grande quantidade. Então, é difícil conseguir uma destinação para eles, porque não há interesse.

Claro que se pode continuar fazendo um esforço, até porque a situação é muito complicada ali. Então, pode-se dialogar com a SZB, fazer um pedido para que eles tentem viabilizar isso, mas é muito complicado, até porque há limitação de espaço e tudo o mais. Não é simples você destinar um animal para um zoológico, até porque não adianta ele ir para qualquer zoológico, não adiante ele ir para qualquer recinto, um recinto que já tem limitação de espaço.

Então, é mais um reforço para a questão do quanto é urgente resolver o problema do Parque Dois Irmãos.

Agora, enviar esses animais para o Parque vai ser trocar seis por meia dúzia. E não tem condições de recebê-los mesmo. Infelizmente, vamos ter que esperar por essas mudanças.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. GABRIELA GEHLEN LEITE - Eu gostaria de fazer um comentário sobre a fala do Deputado Tripoli, a respeito de santuários.

Eu acho que temos que tomar bastante cuidado. Eu não sou contra os santuários, muito pelo contrário, mas eu acho que a gente ter muito rigor para avaliar santuários tanto quanto o rigor para avaliar zoológicos. Não é só porque o nome é santuário que significa que é um bom lugar, que é o melhor lugar. Existem santuários com muitos problemas. É até um pouco mais difícil fiscalizar, porque a



visitação é limitada, mas temos que estar atentos a isso. Temos que ter bastante rigor para avaliar.

E quero chamar a atenção para o fato de que, no que se refere à conservação e à reprodução em cativeiros, os santuários não podem fazer isso. De acordo com a legislação, só zoológicos e criadouros podem fazê-lo. Então, para um trabalho de conservação com esse objetivo, os zoológicos são os locais mais adequados, mas eles precisam mudar, precisam receber os animais da melhor maneira possível. Não precisamos trocar de nome, isso é o que menos importa. O que importa é como vamos tratar os animais e como eles vão viver nos recintos.

Lembramos que os zoológicos também recebem animais que não podem mais voltar à natureza e animais mutilados. Então, acho que temos que ser crítico também com os santuários. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Obrigado, Gabriela.

Passo a palavra ao Secretário Sérgio Xavier.

O SR. SÉRGIO XAVIER - Vou tentar fazer uma síntese aqui das questões que foram colocadas por cada um dos inscritos.

Primeiro, a Gorete fala da questão do conselho gestor. Isso já está resolvido, o George já explicou. Estamos de braços abertos para receber todos os que queiram participar. Eu sugeri também na minha fala que criássemos um conselho mais específico para o acompanhamento das obras. Então, se der para ser um conselho gestor ou um subconjunto do conselho gestor, é importante, porque até aqui na Mesa vemos as diferenças de visões. O Deputado Tripoli acha interessante o santuário, mas a Gabriela já questiona a sua qualidade.

Então, vemos que não é uma solução muito fácil. Eu acredito que todos nós que estamos aqui nesta sala, sem exceção — eu confio muito nas pessoas, até que provem o contrário —, querem a mesma coisa, ou seja, proteção ao animal, sustentabilidade, recuperação das espécies e zoológicos modernos que cumpram os pilares que foram apresentados aqui.

Não tenho discordância nenhuma com o que o Movimento e a Gabriela colocam. A diferença aqui está em como fazer isso, a velocidade para fazer e onde vamos obter os recursos, porque há milhões de maneiras de fazer uma obra no zoológico. Uma delas é fechar o zoológico. O Ministério Público inclusive fez, em



algum momento, essa sugestão. Só que, quando vamos fechar o zoológico, vemos dezenas ou talvez centenas de famílias que vivem no seu entorno e que dependem do movimento dele, que recebe milhares e milhares de pessoas todos os dias.

Há uma série de questões que precisam ser discutidas. A decisão, quando é coletiva, quando é participativa, é muito melhor para o gestor público. Eu não tenho medo nenhum de criar conselhos. O Deputado Silvio Costa fez uma proposta aqui para a criação de um conselho estadual de proteção e de bem-estar animal, olhando para tudo isso. Eu acho que é uma bela ideia, e estamos à disposição para ajudar a criá-lo.

Com isso, haverá um ambiente em que Governo e sociedade vão estar representados. As secretarias que cuidam do dinheiro, da administração, do desenvolvimento e de tudo estão ali representadas. Fica mais fácil trazer uma ideia, por exemplo, e na hora sabermos se ela é viável, se há orçamento, se não há, por que há, por que não há e já encaminhar. Eu acho que precisamos trabalhar nisso. A oposição, a contribuição de quem está aqui fazendo a crítica é fundamental numa democracia. Agora, essa crítica tem que ser feita como está sendo feita aqui, com ideias, com sugestões, mostrando exatamente o ponto para que possamos dar prosseguimento e ter resultados.

Eu quero dizer que, quanto a essa questão do chipanzé, Deputado Tripoli, nós estamos à disposição. Nesse conselho, podemos discutir isso, e não só a questão do chimpazé. Há vários animais ali que me preocupam muito, como os felinos, que estão há muito tempo naquela jaula pequena. Alguns estão naquela condição há mais de 20 anos. Então, precisamos buscar uma saída para isso, e tem que ser um lugar bom, como a Gabriela falou, não podemos apenas soltar os animais em qualquer lugar. Tem que haver um atendimento, um acompanhamento.

Eu acho até que, durante essas obras, deveríamos retirar esses animais que estão nessa situação crítica e mandá-los para lugares adequados, como santuários, para que haja espaço para a logística da obra. Quando forem começar a fazer os recintos, vão ter que tirar o animal de lá para ampliar aquela área e fazer a obra. Vão botá-los onde? Há 2 anos, nós tivemos que fazer uma reforma no recinto onde ficam os ursos, que é horrível — todos nós concordamos com isso —, e foi uma dificuldade, porque não havia onde colocá-los.



Eu vou dizer aos senhores, eu já gerenciei muita coisa, já fui diretor de estatal, de empresa pequena, enfim, passei por partido, por ONG, por mil gestões, mas não há nada mais complicado do que gerenciar um zoológico, porque são coisas específicas, especiais, em que há subjetividades, visões. Tem gente que acha que é de um jeito, tem gente que acha que é de outro. Então, eu acho que esse conselho vai ajudar muito. Eu diria que já está sendo um benefício muito bom este nosso encontro aqui.

A Taciana e o Caio falaram sobre a lei que flexibiliza a questão do desenvolvimento. Eu queria lembrar que essa lei que flexibiliza a construção dos parques eólicos é uma lei proposta pelo PSDB, pelo Deputado Antônio Moraes. Nós tivemos uma posição crítica a essa lei. Mandamos um parecer técnico da CPRH — depois, eu posso disponibilizá-lo aqui — contra essa lei. Mas, infelizmente, na nossa visão, mas, felizmente, na visão de quem a defende, a lei passou.

Acho que o Deputado Daniel Coelho poderia falar mais sobre isso, já que é um projeto do Deputado Antônio Moraes. Certamente, isso passou por uma discussão dentro do partido. Nós somos contrários a essa mudança na lei porque ela não vai só flexibilizar a questão dos parques eólicos, nem precisaria disso. Essa lei não é necessária nesse caso. Já existem formas de se fazer um licenciamento dos parques eólicos sem necessidade de mudar a altitude.

Essa lei proporciona o aumento da altitude das Áreas de Preservação Permanente — APPs de 750 metros para 1.110 metros. A lei federal estabelece 1.800 metros como limite. A partir daí, tudo é considerado área de APP — Área de Preservação Permanente. Não pode desmatar, tem que passar por um processo bem mais rigoroso. No caso de Pernambuco, a altitude é abaixo de 1.800. Houve essa discussão aqui, trazida pelo Deputado Antônio Moraes, que sugeriu aumentá-la para 1.100. No nosso caso aqui, é 750, exatamente por essa baixa altitude. Na hora em que sobe para 1.100, deixam-se em aberto 23 brejos de altitude do nosso Estado, que não é uma coisa boa.

Por outro lado, nós temos a questão de Municípios, como Garanhuns, que estão acima dos 750 metros. A proposta da CPRH e da Secretaria de Meio Ambiente foi apresentada ao Deputado Antônio Moraes. A Simone Souza, Presidente da CPRH, fez uma reunião com o Deputado Antônio Moraes — parece-



me que o Deputado Henrique Queiroz também participou. A nossa proposta foi a de manter os 750 metros e de se fazer uma diferenciação de área urbana e área não urbana. Então, se você diz que uma cidade como Garanhuns está acima de 750 metros, mas é considerada área urbana, não vai haver ali tanto rigor para se construir, pois seria realmente difícil conviver com a lei.

Quero deixar claro que essa foi a nossa posição. E sugiro, já que é uma proposta do PSDB, que o Deputado Daniel Coelho possa falar mais sobre isso, já que a Taciana e o Caio fizeram críticas a esse ponto.

Taciana, eu concordo com você nesse ponto, a nossa posição foi essa. Agora, você falou também sobre o número de desmatamento. O *Jornal do Commercio* de hoje fez uma matéria, cuja manchete fala de desmatamento. Mas quem lê vê os números mais precisos do desmatamento do Estado. Está havendo muita informação imprecisa. Nos últimos 9 anos, a Assembleia Legislativa do Estado aprovou 51 leis autorizativas para desmatamento de APP, totalizando 5.034 hectares para a Transnordestina, para a transposição do Rio São Francisco, para a estrada, para a refinaria, enfim, para todas as obras que estão sendo construídas no Estado.

Agora, o que foi efetivamente desmatado, suprimido, a partir da autorização da CPRH, foi cerca de 1.500 hectares, o que representa menos de 0,001% da nossa área no Estado. Portanto, é importante conhecer esses números para discutir de forma equilibrada e para não ficar só atacando, culpando, dizendo coisas incorretas, e o debate não tenha resultado. A CPRH foi responsável por cerca de 1.500 hectares, em 9 anos de licenciamento, para fazer todas essas obras — acho que todos aqui devem concordar que são obras importantes —, e o IBAMA foi responsável por mais de 2 mil hectares nesse período. Então, é importante ter essa noção.

Eu diria aos senhores que, com toda dificuldade do Estado na gestão ambiental, por conta da história... Por décadas, não houve preocupação quanto a isso. Há pessoas aqui de governos passados que sabem que eles não deram a mínima para a questão ambiental. Começamos isso, em 2011, com o Governador Eduardo Campos, inclusive depois de uma campanha, inclusive, que fizemos. Nós



fomos candidato a Governador. Na época, o Deputado Daniel Coelho foi candidato a Deputado Estadual e obteve sucesso.

Defendemos o modelo de sustentabilidade para o Estado. Foi a partir daí que o Governador incorporou isso, criou a Secretaria de Meio Ambiente, convidou-nos para a direção. Fizemos um programa com 15 pontos que está sendo cumprido. É claro que houve muita coisa feita no passado. Não podemos dizer que não foi feito nada; foi feito, mas ainda de forma muito tímida. Consertar tudo isso que está errado de décadas não é fácil. Temos rios com problemas; temos o Parque Dois Irmãos, a Caatinga em desertificação, o avanço do mar. Fizemos uma obra em Jaboatão, um projeto da Secretaria que engordou a praia e segurou ali o mar. Quem conhece Jaboatão sabe como é que a cidade estava e como está agora. Em outras cidades, como Olinda, Recife e Paulista, o projeto está pronto, mas falta dinheiro. Então, temos várias vulnerabilidades ambientais no Estado, que está cuidando de tudo isso da maneira que pode, e a Oposição pode ajudar muito fazendo crítica e sugestão, como acontece aqui.

Eu quero deixar bem claro que estou muito feliz com este debate, um debate de altíssimo nível, com críticas firmes, mas consistentes e com proposições.

Caio, acho interessante que o Parque Dois Irmãos esteja absorvendo as propostas que o Igor e vocês estão fazendo. Eu vejo isso até como elogio. O George está agregando formulações feitas pelo movimento. Isso demonstra que há um canal. Em vez de vocês criticarem isso, eu acho que deveriam aproveitar e mandar mais coisas para que incorporem o que vocês estão defendendo. Nós queremos isso. Parece-me que Igor autorizou o uso dessas informações, como também nós autorizamos o uso de qualquer informação. Se não houve a autorização, depois George pode conversar com ele e discutir isso. Mas, se essas informações estão públicas, colocadas publicamente por vocês, e nós estamos absorvendo, discutindo e incorporando no discurso, eu acho que é um canal de agregação. Não é um canal de briga. Eu não vejo assim.

Para concluir, eu diria que nós estamos abertos, como já disse, para que, no Conselho Gestor, respondamos ponto a ponto a tudo isso. Neste debate nós não vamos ter tempo para responder a cada item. Não seria adequado isso. Mas eu convido todos vocês, as lideranças aqui, Goretti, Marta, todos vocês que estão nos



movimentos, para que tenhamos uma conversa juntamente com Gabriela, Caio, Igor, todos vocês, no Parque Dois Irmãos, para organizar a lista de questões que vocês colocaram e, para cada uma delas, apontar uma solução, junto com vocês e de maneira objetiva.

Isso é o melhor, Deputado Ricardo Tripoli, que eu poderia propor aqui em respeito à CPI, em respeito a este trabalho, a esta audiência pública.

Para o Brasil, para Pernambuco, para a vida de todos nós, muito melhor do que estar debatendo e fazendo esse conflito muitas vezes teórico pela imprensa e tudo o mais é criarmos um fórum como este, discutirmos as questões e encaminharmos a solução, porque, no final, todo mundo vai ganhar com isso e o mérito vai ser de todos os que dela participarem, de todos os que a construírem, porque uma sociedade é formada a partir das contradições, a partir das visões a favor e contra cada coisa. O resultado é uma média de tudo isso. E estamos vivendo um momento difícil no Brasil.

Eu fico triste em saber que há aqui uma pessoa que defende questões absurdas em nosso País. Um Deputado que hoje está visitando Pernambuco defende questões atrasadas e está tendo apoio, respaldo, aplausos. Estamos vivendo um momento difícil e quem lutou pela democracia... O Deputado João Coelho, que participou desse tempo de luta democrática pelo País, sabe que não podemos deixar isso ser revertido. Precisamos ter a diferença, mas discutir as questões importantes do País. Nisso temos que estar juntos, em defesa de princípios como democracia e sustentabilidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Para fazer suas conclusões, tem a palavra o Promotor André Felipe.

O SR. ANDRÉ FELIPE BARBOSA DE MENEZES - Acredito que o que tinha que ser dito já foi dito. Acredito que temos ouvido bastante, com uma paciência histórica, várias considerações relevantes e pertinentes sobre o tema. Não vejo com pessimismo o cenário que se apresenta, mas também não sou tentado a encará-lo com tanto otimismo, a ponto de baixar a guarda, sobretudo porque, se nós estivéssemos tratando de um tema já consolidado na sua importância não no seio da sociedade em si, mas no seio das autoridades públicas, o tema, no contexto da



gestão pública, já teria consagrado o seu lugar na ordem do dia. A primeira medida é colocar na agenda um pouco mais para cima, na ordem de prioridades, a temática da defesa animal, não apenas no que diz respeito à gestão do Parque Dois Irmãos, que é apenas a ponta do *iceberg* nesse sentido, mas à defesa animal como um todo, porque a nossa postura diante dos animais reflete muito o caráter, a essência, a índole, a personalidade dos seres humanos — não só individualmente —, é um retrato do que é a coletividade de hoje e o que poderá ser a sociedade de amanhã.

Acredito que nós estamos amadurecendo o tema. O Ministério Público já vem acompanhando essa temática não somente através do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, o CAOP do Meio Ambiente, que eu estou coordenando — estou coordenador —, mas também através da pessoa do Dr. Geraldo Magela, que se aposentou, mas deixou um grande legado na área ambiental, e do Dr. Ricardo Coelho, presidente de um inquérito civil e autor da ação civil pública já ajuizada. O próprio Poder Judiciário tem muito a contribuir. Mas, independentemente das instituições, o papel da Assembleia Legislativa e da Câmara dos Deputados é fundamental na medida em que está promovendo a aproximação das instituições públicas com a sociedade e trazendo o que os defensores de animais tanto anseiam há bastante tempo: ter um espaço de escuta, de se fazer ouvida. Que não somente se ouçam as palavras, mas também as escutem; que o poder público possa apreender essas palavras e introjetar esses valores; e que isso tudo possa ser revertido em atitudes, em ações concretas. A paciência é histórica, mas eu espero que ela não se limite à história, e sim que se materialize em ações concretas.

Ressalto que a postura do Ministério Público, apesar de ser Estado, de integrar a estrutura do Estado, mas sem fazer parte do aparelho estatal propriamente dito, já que é uma instituição autônoma, uma porção autônoma do Estado, que transita entre o Estado e a sociedade civil, deve ser tanto de parceiro do poder público, para induzir essas políticas públicas, como de parceiro da sociedade, até porque o nome Ministério Público não vem ao acaso, é um público Ministério, é o Ministério do povo. Nessa instituição, tenho sempre ouvidos e olhos abertos e, sobretudo, duas mãos, para quem escreve com a direita e para quem escreve com a



esquerda, ou melhor, mais do que duas mãos, o corpo inteiro e uma alma comprometida com a causa ambiental.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Obrigado ao Dr. André Felipe.

Passo a palavra ao Relator da CPI, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu gostaria inicialmente de agradecer a oportunidade da CPI, Deputado Daniel Coelho, para que possamos não só aferir a questão do Parque Dois Irmãos, mas ter uma visão mais ampla da questão ambiental e da proteção dos animais aqui no Estado de Pernambuco, na cidade de Recife.

Eu quero rapidamente dizer duas palavras. Primeiro, Gabriela, os santuários que eu mencionei aqui são aqueles que obviamente já conhecemos há muitos anos. Com mais de 30 anos de militância na causa, temos nos deparado realmente com alguns intrusos que às vezes montam mais do que santuários. Às vezes, por incrível que pareça, os traficantes ficam como fiéis depositários dos animais, o que é um extremo absurdo. Eu disse à Presidente do IBAMA, numa reunião na nossa CPI, que não se poderia jamais imaginar que ficasse como fiel depositário o próprio traficante. É o mesmo que dizer a um assaltante de banco que rouba um malote de dinheiro: *“Continue com o malote de dinheiro até identificarmos se o dinheiro é do banco ou não”*. Isso é deixar o bandido ficar com o animal.

Eu não sei se você sabe, mas no Brasil nós somos a favor da Lista Pet zero, para evitar esse negócio de o pessoal colecionar volume de animais nas suas residências, principalmente os chamados animais silvestres. Mas, no Brasil, ave não morre. No caso daquelas que foram anilhadas, que recebem anilha, e cuja procriação em cativeiro é permitida, normalmente, quando o animal morre, tem-se que devolver a anilha. Eu fiz um questionamento ao IBAMA a respeito disso, e ele não recebe há mais de 20 anos uma única anilha. Por quê? Porque eles esquentam essa anilha, apanham o animal silvestre na floresta e a colocam, depois de quente e ampliada, na pata desse animal. Então, é um absurdo o que ocorre nesses termos!

Mas obviamente existem entidades como aquelas que eu citei aqui — o Rancho dos Gnomos; a Mata Ciliar, que cuida de felinos, principalmente das



suçuaranas, que são grandes onças que existem no Brasil, o GAP, o Mucky, que cuida de pequenos primatas, os saguis. Essas são entidades que sabemos... O ElephantVoices, por exemplo, que a Junia presidente, é uma entidade nova que se está concebendo no Brasil. E sabemos da luta dela em busca de todos os elefantes que há no Brasil. Ela catalogou um por um os elefantes dos zoológicos, registrando onde eles estão, de que maneira vieram, os que estavam, ou ainda estão, em circos. Enfim, ela tem o catálogo de todos esses animais. Então, sabemos que são entidades, que, encontrando o animal e não tendo como devolvê-lo mais ao *habitat* natural, pois ele não sabe mais caçar e não vai sobreviver, terão o local adequado para que ele possa, obviamente, viver o resto da sua vida.

Queria cumprimentar a Goretti, que tem sido uma grande parceira nossa como ambientalista protetora dos animais. Ela me perguntou do relatório: o que nós pretendemos conseguir ao final com esse relatório.

Primeiro, um quadro indicador de como é a situação hoje nas áreas dos animais silvestres, domésticos e exóticos no Brasil. Como é essa situação hoje? Porque não há um censo de quantos animais nós temos hoje no Brasil de cada um desses segmentos. Então, a ideia é obter uma radiografia ou uma aerofotogrametria da questão da proteção ao animal no Brasil como um todo.

O segundo aspecto é uma indicação e uma recomendação para a aprovação de projetos que estão tramitando na Câmara Federal. Há projetos que estão nessa situação há mais de 10 anos. Eu dou um exemplo prático, que é o projeto da minha autoria, que institui o Código Nacional de Proteção aos Animais, que está há 9 anos aguardando a formatação da Comissão Especial, Comissão Mista. E algumas Lideranças não indicam membros. O Daniel tem me ajudado muito nesse aspecto de buscar os partidos para comporem a Comissão e darem um parecer. Alguns podem até dar parecer contrário. Depois, nós o levamos ao plenário e debatemos. E vamos fazer como sempre fazemos.

Nós trabalhamos muito a questão da mídia eletrônica. Vamos mexer com a questão da Internet e fazer com que os protetores mandem as solicitações. E, quando os protetores resolvem mandá-las para o Congresso, o volume delas espanta todo mundo — todo mundo! Quando vemos, o volume é da ordem de 100 mil, 200 mil citações. Aí o pessoal começa a acordar no Congresso. Principalmente



quando se está próximo de eleição, então, eles ficam mais vulneráveis a entender um pouco a questão da proteção animal. Então, a recomendação de projetos que tramitam na Casa, são vários projetos de vários autores e de vários partidos.

O terceiro aspecto é o envio de ofícios aos órgãos públicos ou privados com recomendações de readaptação, de melhora das condições, de como eles deveriam fazer para atender àqueles animais que não têm mais como voltar para o seu *habitat* natural. Essa é uma das recomendações.

A outra recomendação — e são várias —: nós sempre lutamos muito por delegacias especializadas de proteção aos animais ou então que houvesse a capacitação nos centros da Polícia Militar. E chegamos à conclusão de que o ideal seria, em vez de criarmos delegacias especializadas, que houvesse cursos de capacitação para a Polícia Civil e para a Polícia Militar, porque muitas vezes se encontra um animal silvestre, e ninguém sabe como lidar com ele. E a polícia normalmente faz o quê? Dá um tiro, mata, fica com medo, e não sei quê. Quer dizer, não há um preparo para essa questão.

A outra é referente ao fato de que, quando há maus-tratos, vai-se a uma delegacia de polícia e o delegado diz: “*Olha, eu tenho coisas mais importantes para fazer, porque houve uma briga, um furto, um roubo*”. Enfim, ele desqualifica a solicitação, o que, por lei, é proibido. Ele é obrigado a fazer o boletim de ocorrência e instaurar um inquérito para apurar. Pode não chegar a nada, mas, com certeza, havendo a apresentação das testemunhas e, muitas vezes, do corpo de delito do animal morto ou coisa do tipo...

Nós vimos ontem um policial militar, no Estado da Bahia, brigando com uma senhora cujo cachorro — um cachorro pequenininho — fez xixi no gramado. Ele simplesmente tirou o revólver, deu cinco tiros e matou o animal. E tem o filme! Ela filmou isso! Está lá na CPI. Essa é uma coisa que não dá para deixar de mandar uma representação pedindo que, a bem do serviço público, esse sujeito seja dispensado, porque não é alguém qualificado para uma corporação tão importante como a Polícia Militar da Bahia. Os policiais militares e civis são parceiros nossos. Não dá para admitir um camarada fazer uma coisa dessas, porque estava perto da casa dele, ele já havia advertido a proprietária, como se o animal estivesse ali fazendo uma agressão a ele. É horrível assistir a esse vídeo!



Aliás — e o Deputado Daniel outro dia comentava comigo a esse respeito —, às vezes não dá vontade de ficar na Comissão, na CPI, por causa dos filmes que nos levam lá. Outro dia, havia um vídeo mostrando um sujeito pegando um jumento pequenininho, e o Daniel falou: “*Tripoli, essa coisa agride qualquer cidadão, seja ele adulto, idoso, criança, jovem*”. Era um jumento pequenininho que se vai aproximando de uma pessoa, como se fosse receber um carinho, e a pessoa dá uma marretada no animal, que cai. O sujeito começa a dar risada, brincando com a amiga e dando marretada até matar o jumento. Este animal foi morto...

Desculpe, não é nada referente ao Ministério Público aqui de Pernambuco, mas nós estamos aguardando a vinda de um promotor que inventou uma história de matar os jumentos para levar como alimento para um presídio.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não, ele ia alimentar o presídio primeiro com a carne, dessa forma, como nós vimos, sem nenhum método adequado. É um negócio extremamente absurdo! Mas lá chegam denúncias de tudo que é lado, até de nossos colegas Parlamentares, que muitas vezes fazem comentários que não tenham nenhuma vocação ou coisa do tipo.

Por último, o indiciamento que cabe à nossa CPI tem força como tem a Justiça. A CPI tem esse poder de solicitar o indiciamento e o encaminhamento ao Ministério Público Estadual e Federal das representações que obviamente nós entendemos que sejam não uma recomendação, mas, sim, já um indiciamento, pelo delito, pela maneira criminoso, não culposa, diria mais do que culposa, porque na verdade há uma identidade, uma vontade de cometer o crime. Então, o crime passa a ser doloso. Muitas vezes, crimes duplamente qualificados aparecem lá na CPI que, obviamente, serão levados a termo. Enfim, nós queremos que a CPI seja uma indicadora e, ao mesmo tempo, uma repressora dessas atitudes que ocorrem hoje.

Obviamente não vai dar para pegarmos todos os casos, mas queremos que exemplarmente, em cada uma dessas linhas dos domésticos, dos silvestres e dos exóticos, tenhamos três, quatro ou cinco casos que emblematicamente tenham sido resolvidos, para serem indutores, de modo que as pessoas passem a perceber essa questão.



O projeto que V.Sa. citou de minha autoria, que aumenta a pena dos crimes contra cães e gatos, está no Senado. O Relator é um Senador do Paraná, o Alvaro Dias. Já conversei com ele. A pena, que hoje é de 3 meses a 1 ano, pode ser convertida em serviços sociais, o que é absurdo. Quer dizer, a obrigação de entregar uma cesta básica não serve para inibir delitos de alguém que tenha matado 20 animais.

Há um caso em São Paulo em que o promotor fez uma representação e a juíza acolheu, condenando o acusado à maior pena dada até hoje: 12 anos. Ele conseguiu juntar o fator de quadrilha, mexeu numa série de outros itens do Código Penal e conseguiu ampliar essa pena. Mas, com a aprovação do projeto, a lei passa de 3 para 5 anos, podendo haver um agravante, duplicando-se a pena, dependendo da autoria e da forma como o crime ocorreu. Então, eu acho que nós estamos bem encaminhados.

O fato de termos conseguido instalar esta CPI foi uma vitória dos seus membros. E aqui eu faço mais uma vez elogios ao trabalho do Deputado Daniel Coelho, que insistiu muito para que pudéssemos ter esta CPI. Isso foi uma vitória, porque havia um preconceito enorme dos que costumamos chamar de ruralistas. Não é uma figura. Nós temos muitos amigos que têm fazenda, que têm criação de animais, mas que não são estereótipos. Há um pessoal muito agressivo no Congresso que não queria de forma alguma que esta CPI fosse aberta, porque sabe que teria dificuldades de enfrentar a Comissão.

Então, a Comissão está instalada, e o procedimento, andando. Nós esperamos, até o dia 17 de dezembro, apresentar o relatório. Não é uma coisa muito simples, porque nós temos que aprovar o relatório no âmbito da CPI. Como o Deputado Daniel Coelho colocou aqui, nesta CPI há os que convergem sobre a proteção e os que foram para proteger aqueles que causam maus-tratos aos animais. Então, há Parlamentares lá, alguns estão aqui na cidade inclusive, que defendem essa causa.

Aliás, para fazer um parêntese rápido, Deputado Daniel, sobre a questão da pesca e a revolta do sujeito ao pedir o fim do IBAMA. Isso ocorreu porque ele foi detido, ele foi preso porque estava pescando num local de preservação permanente, o que não poderia ser feito na região de uma reserva, próxima a uma ilha no Estado



dele. E ele se revoltou violentamente contra essa questão. Por conta disso, ele resolveu se rebelar, por um problema que teria tido com o IBAMA, e o IBAMA estava correto no que diz respeito à medida tomada contra o comportamento desse sujeito.

Então, eu acho que não temos de estar preocupados se há um volume maior lá fora, porque tenho certeza de que a qualidade está aqui nesse recinto, com cada um dos que colaboraram, que ajudam e que estão apostando num País muito melhor para os seres humanos e para os nossos queridos animais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Passo a palavra também ao Deputado Sílvio Costa Filho, antes do encerramento.

O SR. SÍLVIO COSTA FILHO - Queria ser muito breve e falar a título de sugestão. Primeiro, quero parabenizar as palavras de Sérgio Xavier, sempre tratando o tema de forma muito transparente, equilibrada. Eu acho que é muito importante esse diálogo com a Assembleia Legislativa.

Segundo, eu acho que seria importante, Deputado Zé Maurício, V.Exa. levar adiante esse tema, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Hoje ele está muito afincado no Recife e na Região Metropolitana. Eu acho que seria importante nós levarmos para as principais cidades do Estado de Pernambuco — Petrolina, Caruaru, Garanhuns, Salgueiro —, que seria uma forma de começar a criar uma cultura em Pernambuco.

Terceiro, quero agradecer ao Secretário Sérgio Xavier, no sentido de já incorporar a ideia da criação desse Conselho Estadual de Bem-Estar Animal. Vamos construir isso de forma conjunta, com a participação de todos. E faço uma sugestão ao Presidente Zé: como está sendo gravada esta audiência, se puder, encaminhe um relatório, um memorial a todos os 49 Deputados.

Eu acho que seria muito importante a Casa tomar conhecimento de todas as propostas, as sugestões, a palavra dos Deputados Ricardo Tripoli e Daniel Coelho, de todos da Mesa, de toda a sociedade, para esta Casa começar, cada vez mais, a incorporar essa ideia que é mais do que justa, mais do que solidária. Acho que deve ser uma bandeira cidadã, que todos nós devemos defender no nosso Estado.

Então, parabéns ao Deputado Tripoli! Quero parabenizar o Deputado Daniel Coelho pela bela iniciativa de trazer esse tema aqui à Casa.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Muito obrigado, Deputado Sílvio Costa Filho.

Nós demos foco, nesta reunião da CPI, ao fato específico do requerimento. Foi convocado um debate sobre o Horto de Dois Irmãos, e procuramos a todo o momento fazer essa discussão, sem tentar desviar ou tirar do foco dela e também sem politizá-la. Eu já coloquei isso, é fato. Quem quiser acompanhar as nossas reuniões da Comissão de Meio Ambiente, elas são transmitidas ao vivo. Tratamos a temática ambiental não pela conotação partidária, mas, sim, pelo compromisso com o tema.

Na Comissão de Meio ambiente, em muitos momentos, nos aliamos a Deputados do PT, com os quais temos divergências — nós somos Oposição e eles, Governo —, a Deputados do PSOL e a Deputados de outros partidos e fazemos uma bancada junto com o Deputado Tripoli e com outros Deputados.

Acho que essa temática ambiental está acima de partidos. Mas é evidente que eu não posso deixar de comentar, já que foram feitas perguntas e faz parte do debate. Não temos controle, as pessoas podem perguntar absolutamente sobre qualquer tema. Foram feitas perguntas ao Secretário a respeito da supressão vegetal para o parque eólico. Na resposta, o Secretário fez um comentário, aí sim, dando conotação partidária e atribuindo ao PSDB a autoria do projeto.

O projeto é de autoria do Deputado Antônio Moraes, que é Presidente do PSDB aqui no Estado de Pernambuco. É um projeto de autoria dele. Não houve debate dentro do PSDB nesse sentido. Se eu tivesse sido consultado, teria sido contrário. Só faço um alerta: não dá para deixarmos de dar a conotação partidária, porque ela já foi dada.

Foram aprovados, durante o Governo do PSB, 70 projetos para supressão vegetal. Desses, 69 eram de autoria do Governo do Estado de Pernambuco, do PSB — de Eduardo Campos e de Paulo Câmara — e 1 de autoria do Deputado Antônio Moraes. Todos eles foram aprovados pela força e pela mobilização do Governo, inclusive o projeto apresentado pelo Deputado Antônio Moraes.

Eu tenho a liberdade de poder discordar dele e ele de poder discordar de mim. A democracia funciona assim. Agora se vai querer atribuir a um partido uma



aprovação de um projeto numa Assembleia legislativa que, há não sei quantas legislaturas, pelo menos desde que acompanho o trabalho desta Casa, nunca derrotou o Governo em absolutamente nada? Ninguém aprova um projeto aqui, nem na legislatura passada nem nesta, sem o apoio explícito da bancada de Governo.

O Líder da Oposição está presente. Já fui Líder da Oposição aqui na Casa, e, quando a Oposição consegue, chega a 7 ou 8 votos. Então, mais uma vez o projeto foi aprovado. Mas atribuir o projeto a um partido é, no mínimo, injusto. O projeto foi aprovado pelo Governo, o Governador tem inclusive a prerrogativa do veto, ele pode vetar. Então, se um projeto é aprovado e o Governador sanciona, passa a ser coautor daquela medida e passa a concordar com ela. Ele tem a prerrogativa de discordar.

Na legislatura passada, eu aprovei aqui um projeto para proibir os cães de aluguel e o Governador vetou, porque era contra a proibição. É uma decisão dele. No momento em que sanciona, ele passa a estar de acordo. Inclusive uma das funções de um Secretário de Meio Ambiente é aconselhar o Governador em relação ao veto, se discordar de uma ação. Eu acho que cabe ao Secretário ter uma posição firme, cobrando o veto do Governador. Se há uma discordância da equipe técnica e da Secretaria de Meio Ambiente em relação ao projeto e não há uma posição firme para que o Governador vete, então, o Governador passa a ser coautor e responsável se aquilo está errado.

Então, é importante que isso fique claro, porque evidentemente é constrangedor inclusive. Se o Secretário do Meio Ambiente é contra a aprovação do projeto e o Governador não veta, ele está desconsiderando a opinião da Secretaria de Meio ambiente. É muito importante que o Governador escute o seu Secretário de Meio ambiente para não passar à sociedade a impressão de que as suas decisões são tomadas à revelia da equipe técnica ambiental.

Também gostaria de ressaltar a importância desta reunião da CPI, do trabalho que vem sendo feito. Eu acho que hoje nós demos aqui a oportunidade aos gestores...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - O Deputado Ricardo Tripoli está aqui fazendo uma referência. Eu ia chegar lá, mas agradecemos a todos e



lamentamos inclusive o ocorrido com o Paulo, que teve problemas hoje pela manhã. Infelizmente, a questão de segurança pública é um problema em todo o País. Pernambuco vive também dificuldades. Lamentamos o que aconteceu com o Paulo, mas espero que tenham sido bem recebidos no nosso Estado.

Nós ficamos felizes com a presença de vocês. Ressalto o trabalho da CPI, do debate que foi aqui colocado. Demos a oportunidade democrática a todos de colocarem a sua opinião, ao Governo do Estado de poder mostrar aquilo que está fazendo, aos gestores do parque. A nossa missão aqui não é criar constrangimento, não é fazer debate político, não é ficar contra ou a favor de absolutamente ninguém. O que queremos é a proteção animal, o que queremos é um Horto de Dois Irmãos melhor para todos. Nesse ponto, eu quero concordar com vários que usaram o microfone e afirmaram que o objetivo é comum.

Não só a CPI mas também a Comissão de Meio Ambiente continuarão acompanhando tudo o que acontece no Horto de Dois Irmãos. Eu acho que já é uma grande vitória a realização desta reunião, desta audiência pública. Ao abrir os jornais pela manhã, vemos o anúncio da própria Secretaria de Meio Ambiente dizendo que fará o investimento.

Como foi registrado por Gabriela, já havia sido anunciado há alguns anos, mas temos esse anúncio novamente. Então, isso é importante. Eu acho que é uma vitória não minha ou do Sérgio, ou do Deputado Tripoli ou do George, mas é uma vitória da sociedade civil, uma vitória daqueles que se preocupam com os animais. Isso faz com que a sociedade civil pressione o poder público para tomar as suas responsabilidades. Eu acho que é isso o que termina acontecendo de verdade. E, quando há uma vitória, é da sociedade civil.

Então, já fiquei feliz com o anúncio feito hoje pela manhã. E acho que a CPI está dando a sua contribuição, assim como o fará o Relator Deputado Ricardo Tripoli, com seu relatório técnico, como ele demonstrou aqui hoje. Não conheço ninguém no Brasil mais capacitado, do ponto de vista técnico, para debater a questão da proteção animal. Não tenho dúvidas de que assim será o seu relatório, colocando aqui que aqui foi ouvido, aquilo que será observado *in loco*, inclusive o acompanhamento das medidas a serem tomadas.



Agradeço a todos vocês e concluo essa etapa da nossa audiência pública. Antes de encerrar a reunião da CPI, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Casa, o Deputado Zé Maurício, para que possa fazer uso da palavra e encerrar a sessão.

O SR. COORDENADOR (Zé Maurício) - Deputado Sérgio Xavier, V.Exa. quer fazer uma referência?

O SR. SÉRGIO XAVIER - Eu quero só fazer um esclarecimento. Eu não quis, de maneira nenhuma, fazer aqui polarização partidária. Não foi nada disso! Eu acho que temos que lidar com a realidade. A política está muito complexa e nem sempre a posição de um secretário ou até de um grupo técnico é hegemônica dentro de um processo no Legislativo e no Executivo. Os dois participam do processo, o Executivo e o Legislativo. O PSDB, por exemplo, participa do Governo. Há um secretário do PSDB no Governo Estadual. Então, se o PSDB tem uma posição diferente da do Deputado, ele pode também discutir internamente.

Nós não entramos nessa polêmica. Nós colocamos a nossa posição técnica, vimos que éramos minoria nesse processo e não desejamos criar nenhuma polêmica, porque sabíamos que a Assembleia estava avançando no sentido de apoiar.

Então, Deputado Daniel, eu peço desculpas. Se passei a ideia de querer polarizar ou partidarizar, essa não foi a minha intenção. A minha intenção foi mostrar que a colocação de Taciana aqui nos criticando estava equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Secretário, nós podemos fazer aqui, publicamente, um pedido meu e seu, do Secretário de Meio Ambiente, para que o Governador vete o projeto?

O SR. SÉRGIO XAVIER - Claro! Perfeito! (*Palmas.*) Só há um detalhe: esse processo foi feito rapidamente na Assembleia — não houve grande discussão — e já foi finalizado. O Governador assinou, sancionou a lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Podemos pedir a modificação.

O SR. SÉRGIO XAVIER - Não, nós podemos reabrir isso. Eu proponho que, como essa foi uma proposta que nasceu no PSDB, V.Exa. possa discutir com o



Deputado Antônio Moraes e nós retomarmos essa discussão, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - Não, a posição é minha e sua; nós a tornamos pública. É a posição do Secretário e minha, como representante também do povo daqui.

O SR. SÉRGIO XAVIER - A minha posição está tomada. Eu sou contra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Coelho) - O Deputado Silvio Costa Filho também pode apoiar. Eu não sei se ele votou contra o projeto.

O SR. SILVIO COSTA FILHO - Eu quero primeiro dar uma sugestão: como são aliados em Pernambuco, que o PSDB e o PSB pudessem se sentar à mesa, chamar o Deputado Antônio Moraes e construir uma alternativa. Eu acho que seria importante a Casa ter, naturalmente, a responsabilidade sobre isso e até chamar o Deputado Antônio Moraes para construir um projeto modificativo. Eu acho que essa sugestão do Deputado Daniel Coelho é muito própria e que é importante nos debruçarmos sobre isso.

Deputado Zé Maurício, V.Exa., como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, pode ficar incumbido dessa missão e, sobretudo, construir um caminho nessa direção.

O SR. SÉRGIO XAVIER - Pronto! Eu acho que o Deputado Silvio Costa Filho, com a sua diplomacia, conseguiu dar o encaminhamento. A nossa posição é posição técnica contra esse processo. Nós respeitamos o Legislativo. Em nenhum momento fomos à imprensa para criticar, para bater, para dizer que o Deputado está errado ou coisa do tipo. Não nos comportamos dessa maneira.

Já que o Deputado Daniel Coelho tem uma posição contrária à lei e é do mesmo partido do Deputado Antônio Moraes, eu acho que essa seria uma boa oportunidade de discutir isso na linha do que o Deputado Silvio Costa Filho coloca: abrir uma discussão do PSDB com o PSB e nós que estamos na Secretaria de Meio Ambiente; mostrar os impactos que essa lei já vai ter; e fazer o procedimento que deve ser feito, pelos trâmites da Assembleia Legislativa. Eu acho que essa seria a melhor forma.

E aí, Deputado Daniel, como nós estamos defendendo a mesma coisa, estamos juntos nisso, sem nenhuma dificuldade.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Zé Maurício) - Eu, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, tenho procurado agir de forma muito democrática. Se estivesse aqui, o Deputado Edilson Silva iria confirmar o que estou falando. Eu tenho procurado, na Comissão de Meio Ambiente, não apenas aprovar ou reprovar os projetos, mas também fazer a agenda externa.

Quero salientar que, em todo momento em que foi solicitada a presença do Secretário Sérgio Xavier na Comissão de Meio Ambiente, para que pudéssemos debater sem segunda intenção, ele sempre foi solícito e aberto ao diálogo.

Inclusive, Deputado Daniel, uma das leis colocadas aqui pelo Poder Executivo foi motivo de uma sessão extraordinária do Conselho. Por sinal, quero aqui, Deputado Tripoli, registrar a pluralidade e a efetividade do Conselho. Tanto as ONGs como as entidades públicas e as federações, todos têm assento e voz. É muito participativo. É o mais participativo dos vários conselhos de que eu participo. Este tem sido o posicionamento do CONSEMA. Enfim, é de forma muito democrática que nós temos procurado...

Eu quero frisar que foi alto o nível da reunião hoje aqui, Deputado Daniel Coelho, e eu quero parabenizá-lo. Todos nós temos que receber parabéns. Parabéns a vocês que vieram dela participar, que vieram dar testemunho. Quero parabenizar também o Governo do Estado e a CPRH, que em todo momento tem participado do debate, tendo vindo mesmo nas situações difíceis, quando sabe que vai levar pancada. Tem sido presente a Dra. Simone aqui.

E quero dizer a vocês: a lei foi aprovada, mas a matéria pode ser debatida novamente. Eu gostaria só que houvesse consenso. É lógico que pode ter sido rápida a sua aprovação. Eu também quero dizer a vocês que eu, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, estou aqui agora fazendo a indicação junto com o Deputado Silvinho...

O SR. SILVIO COSTA FILHO - Obrigado pelo carinho.

O SR. COORDENADOR (Zé Maurício) - É como o chamamos aqui. Ele é um lorde. É sempre educado, mas muito combativo. E nos faz falta o Deputado Daniel Coelho no convívio; nós o estamos emprestando à Câmara.



Então, eu vou fazer a indicação, através da Comissão, Secretário Sérgio Xavier, para que nós criemos uma subcomissão para tratar de maus-tratos de animais. Nós podemos abrir essa discussão. Eu tenho certeza de que ela será muito proveitosa. Da parte nossa, do Legislativo, é justamente isto: nós queremos buscar a sociedade para que cada vez mais as leis estejam mais próximas dos anseios da sociedade. É isso que nós temos procurado. Aqui, não há coloração partidária, da mesma maneira que no Congresso. O que nós queremos é que as leis sejam realmente debatidas. Com relação a tudo o que foi discutido aqui — foi gravado —, será feito um relatório.

A CPI veio a Recife e, tenho certeza, a outros Estados também irá. Nós nos sentimos muito contemplados com tudo o que ouvimos aqui. O nosso grande desafio, na Comissão de Meio Ambiente, é trazer o desenvolvimento, mas desde que a sustentabilidade e o meio ambiente sejam preservados. Essa é a nossa grande responsabilidade.

Eu quero pedir ao Deputado Tripoli o máximo de informações, para que fiquemos cada vez mais subsidiados. Se tivermos as informações, eu tenho certeza de que isso será implantado. Tenho certeza de que o Governador Paulo Câmara terá sensibilidade para que isso tudo corra de maneira tranquila. É preciso que os animais tenham realmente o respeito que merecem — não só os animais, como S.Exa. disse, domésticos, como também os silvestres e os exóticos. A tudo isso eu quero que a Assembleia Legislativa dê a sua parcela de contribuição.

Obrigado a todos que estão aqui. Quero, mais uma vez, parabenizar o Ministério Público, o Dr. André, que, sempre presente, traz a sua parcela de contribuição para que a Justiça ande sempre ao lado da melhor intenção, que a Assembleia possa, com essa parceria, fazer com que as leis daqui sejam de acordo com o processo jurídico, de acordo com a vontade popular.

E, às taquígrafas, obrigado pelas anotações. (*Palmas*.)E eu quero aplaudir também para as taquígrafas da nossa Assembleia Legislativa, que estão aí, com certeza, procurando saber o que as taquígrafas do Congresso têm para nos oferecer, para que nos aperfeiçoemos cada vez mais.

Um beijo bem grande no coração de todos e sucesso à CPI, para que cada vez mais nos aproximemos da realidade efetiva.